

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

VICTÓRIA PAULA RODRIGUES

**10 ANOS DO CASO RAFAEL BRAGA:**  
UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL  
FOLHA DE SÃO PAULO

PORTO ALEGRE

2024

VICTÓRIA PAULA RODRIGUES

**10 ANOS DO CASO RAFAEL BRAGA:**  
UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL  
FOLHA DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

**Orientador(a):** Prof.(a) Dr.(a) Sandra Fátima Batista de Deus

PORTO ALEGRE

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues, Victória Paula  
10 anos do caso Rafael Braga: uma análise  
jornalística do jornal Folha de São Paulo / Victória  
Paula Rodrigues. -- 2024.  
72 f.  
Orientadora: Sandra Fátima Batista de Deus.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,  
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Rafael Braga . 2. Folha de São Paulo . 3.  
Racismo . 4. Jornalismo humanizado. 5. Jornalismo  
hegemônico . I. Batista de Deus, Sandra Fátima,  
orient. II. Título.

VICTÓRIA PAULA RODRIGUES

**10 ANOS DO CASO RAFAEL BRAGA:**  
UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL  
FOLHA DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Fátima Batista de Deus – UFRGS

Orientadora

---

Prof. Dr. Wagner Machado da Silva

Examinador

---

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa

Examinador

## AGRADECIMENTOS

É impossível começar esses agradecimentos citando outras pessoas, senão minha família. À minha mãe, Cecília, a pessoa mais amorosa e afetuosa que conheço, que sempre abriu mão de tudo para que eu pudesse chegar onde cheguei. Obrigada por caminhar por tantos quilômetros no sol para que eu, hoje, trilhe meu caminho na sombra, por todo o amor, afeto, cuidado e carinho diários, pelo incentivo incansável e por acreditar em mim até quando eu mesma não acreditava. À minha tia, Danda, por sempre me manter com os pés no chão e me mostrar que os caminhos para realizar sonhos não são fáceis, mas são possíveis. Fico feliz em reparar tantos traços teus em mim. À Lídia, pelas inúmeras conversas sobre os mais diversos assuntos. Pela sabedoria e generosidade, por me encorajar a ser sempre uma questionadora no mundo e por todas as palavras carinhosas de estímulo.

À minha avó, Vitória, uma das minhas maiores fontes de incentivo para finalizar a graduação. Como eu queria que você estivesse aqui para compartilhar este momento, mas tenho certeza de que deve estar radiante onde quer que esteja. Nós conseguimos, Bia. Essa conquista é dedicada com muito carinho ao amor incondicional que você sempre me deu, até o último dia. Carrego teu nome e com ele toda a força e coragem que você tinha.

Agradeço ao meu amor, Rodrigo, pelo suporte incondicional. Ter você do lado tornou esse turbilhão muito mais leve, com certeza eu não teria passado por esse período ileso sem o teu cuidado, compreensão e carinho. Obrigada pelas risadas despreziosas quando eu mais precisava, pela escuta atenta e gentil, pela paciência e por me mostrar, durante tanto tempo, que o amor deve ser tranquilo e sereno. Dividir os sonhos, as conquistas, as inquietações e até as frustrações contigo é muito mais alentador.

A graduação é um caminho tempestuoso e difícil, que se torna quase impossível de trilhar sem amigos. Por isso, agradeço à Flávia, minha primeira amizade na Fabico, a pessoa que me identifiquei desde as primeiras palavras trocadas e que me acompanhou do início de tudo até o ponto final deste trabalho. Obrigada pelos conselhos, por segurar tantas barras comigo ao longo deste curso e pelas gargalhadas de doer a barriga, que me salvaram tantas vezes. À Nicole, que tornou esta produção muito mais divertida e otimista, por me mostrar que desistir nunca foi uma opção. Agradeço também à Letícia, pessoa que me aproximei no fim da graduação, que me apoiou e me incentivou tantas vezes ao longo deste trabalho. À Bruna, amiga que herdei do ensino médio e que caminhou junto comigo na

conquista de uma vaga na universidade. Obrigada por sempre segurar minha mão, mesmo que de longe. Sou grata também a todas as outras amigas que encontrei durante este tempo e que moldaram a Victória (futura) jornalista de hoje.

A editoria de esportes do Correio do Povo, em especial meu editor Carlos, primeira pessoa que acreditou em mim nessa loucura que é o jornalismo. Obrigada pela confiança, pelo incentivo, pelos ensinamentos e por todos os chocolatinhos diários ao longo deste um ano e meio.

À minha orientadora, Sandra de Deus. Obrigada por ter aceitado caminhar ao meu lado nesta jornada, sempre me dando o direcionamento necessário e preciso. Pela generosidade, paciência e por buscar entender o turbilhão de anseios quando eu mesma não conseguia externalizar. Você é um exemplo, eu sou apenas mais uma das inúmeras alunas que tiveram a gratidão e a felicidade de aprender com você.

Por fim, a todos aqueles que fizeram parte da minha jornada até aqui. Que este seja o primeiro passo da grande trajetória que o jornalismo ainda vai me levar.

*“Vejo a vida passar num instante  
Será tempo o bastante que tenho pra viver?  
Não sei, não posso saber  
Quem segura o dia de amanhã na mão?  
Não há quem possa acrescentar um milímetro a  
cada estação*

*Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?  
Seria, sim, seria, se não fosse o amor  
O amor cuida com carinho  
Respira o outro, cria o elo  
O vínculo de todas as cores  
Dizem que o amor é amarelo”*

**(Emicida – AmarElo)**

## RESUMO

Esta pesquisa busca gerar reflexões acerca do estereótipo de pessoas negras, mais especificamente jovens negros, no jornalismo brasileiro tradicional e hegemônico. Pensando nisso, utilizamos os dez anos do caso Rafael Braga como pano de fundo, única pessoa julgada e condenada nas manifestações das Jornadas de Junho em 2013, e questionamos de que maneira a Folha de São Paulo retratou Braga nas suas notícias ao longo destes dez anos. Ao todo, selecionamos as 28 matérias publicadas no veículo que mencionaram Rafael Braga de alguma forma durante este período. Depois, separamos aquelas que falavam diretamente da história de Braga e definimos o corpus em 12 notícias a serem analisadas. A metodologia escolhida foi a Análise de Conteúdo (AC), fundamentada por Laurence Bardin (2011), que nos deu base para elencarmos as matérias em três categorias: humanizada, neutra e desumanizada. A análise nos mostra que a maioria das narrativas da Folha foram neutras, ao mesmo tempo que falham ao abordar o jovem de maneira estereotipada na condução das narrativas.

**Palavras-chave:** Rafael Braga; Folha de São Paulo; estereótipo; racismo; jornalismo hegemônico; jornalismo humanizado.



## **ABSTRACT**

This research aims to generate reflections on the stereotype of Black people, specifically Black youth, in traditional and hegemonic Brazilian journalism. With this in mind, we used the ten years of the Rafael Braga case as a backdrop, the only person tried and convicted during the June 2013 protests, and we questioned how Folha de São Paulo portrayed Braga in its news coverage over these ten years. In total, we selected the 28 articles published by Folha that mentioned Rafael Braga in some way during this period. Then, we separated those that directly addressed Braga's story and defined the corpus as 12 articles to be analyzed. The chosen methodology was Content Analysis (CA), based on Laurence Bardin (2011), which provided the foundation for categorizing the articles into three categories: humanized, neutral, and dehumanized. The analysis shows that most of Folha's narratives were neutral, while also failing by portraying the young man in a stereotypical manner in their narratives.

**Keywords:** Rafael Braga; Folha de São Paulo; stereotype; racism; hegemonic journalism; humanized journalism.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Jornalismo humanizado e não-hegemônico.....</b>	<b>8</b>
2.1 Jornalismo humanizado no Brasil.....	10
2.2 O discurso da mídia tradicional e suas contestações.....	14
2.2.1 O jornalismo enquanto ferramenta de inclusão no debate público.....	17
<b>3. Corpos negros na mídia.....</b>	<b>20</b>
3.1 Cobertura policial no jornalismo brasileiro e o sensacionalismo.....	24
<b>4. O caso Rafael Braga.....</b>	<b>31</b>
<b>5. Percurso metodológico.....</b>	<b>34</b>
5.1 O jornal Folha de São Paulo.....	34
5.2 O caso Rafael Braga na Folha de São Paulo.....	36
5.3 A análise de conteúdo como método.....	39
5.3.1 Notícias selecionadas e detalhamento do corpus.....	40
<b>6. Considerações finais.....</b>	<b>57</b>

## 1. Introdução

Apesar de estar mais presente atualmente no jornalismo brasileiro, o debate sobre estereotipação de corpos negros na mídia ocupa espaço há bastante tempo neste âmbito. Seja no telejornalismo, em novelas, nas páginas dos jornais ou, como nos últimos anos, na internet, a maneira como estes corpos são representados costumam seguir um padrão. Pensando nisso, para refletir sobre o assunto, não foi difícil pensar no caso de Rafael Braga. Diante disso, quando se fala do caso de Braga é impossível não mencionar o contexto em que ele aconteceu: nas Jornadas de Junho de 2013. Também é impossível não perceber as marcas políticas e sociais que tais manifestações deixaram no Brasil, que ocasionaram no impeachment de Dilma Rousseff apenas três anos depois. No entanto, apesar de tantas mudanças, o seu rosto foi o único que perdurou nas manchetes dos jornais, em muros e cartazes por todo o Brasil - tornando-se o mais cruel símbolo de injustiça durante a intensa repressão contra manifestantes nos inesquecíveis dias de 2013.

Pensando na perspectiva pessoal, esse tema me atravessa principalmente por ter crescido em um bairro periférico e ter observado de perto jovens com o mesmo perfil de Braga serem tratados da mesma forma que ele. Além disso, em razão da minha família sempre ter tido o hábito de consumir jornais impressos e assistir telejornais, ao longo do meu crescimento também fui compreendendo, aos poucos, a forma que esses jovens ocupavam as páginas e os espaços nas grandes mídias tradicionais. Neste cenário, o desejo de entender melhor sobre a construção destes estereótipos se tornou cada vez mais presente. Quando decidi cursar Jornalismo, sempre pensei em trazer a comunidade em que cresci e as vivências que tive nela na minha trajetória na comunicação. Por isso, os temas acerca da periferia e da estereotipação desses jovens nos jornais sempre estiveram ligados a mim desde antes mesmo da minha matrícula no curso. Ao longo da graduação, também fui compreendendo aos poucos, a importância que o jornalismo tem em todas as esferas da sociedade e como a linguagem utilizada também serve para criar esses mesmos estereótipos que eu cresci vivenciando.

Logo, a ideia de estudar qual o papel do jornalismo como um sistema de poder e controle, uma vez que o racismo não poderia estar alheio à mídia, já que ambos estão intrínsecos em um vínculo tão antigo quanto a própria imprensa (Chalhoub, 1996). O jornalismo influencia o público e reforça o estereótipo de pessoas negras, além de impactar a sociedade como um todo e não apenas o público-alvo da empresa para o qual as ferramentas

ou os produtos de comunicação são elaborados, por exemplo. Dessa forma, os discursos da mídia também podem influenciar na formação e na reafirmação das identidades individuais, além de oferecerem modelos de comportamento que podem ser seguidos pelos leitores. Neste sentido, para contrapor com tais modelos tão antigos na imprensa brasileira, o conceito de um jornalismo humanizado e não-hegemônico vem se disseminando no modo de produção de narrativas.

Tendo este panorama como plano de fundo, iniciou-se a problematização para a presente pesquisa. Partindo do interesse de estudar a relação entre o caso Rafael Braga e o modo tradicional de narrativas dentro dos meios de comunicação tradicionais brasileiros, se apresenta o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o jornal Folha de São Paulo retratou Rafael Braga nas suas notícias durante estes 10 anos? Ao todo, foram selecionadas todas as 28 matérias publicadas no veículo que mencionaram Rafael Braga de alguma forma, ao longo destes dez anos. Depois, foi feito um recorte das notícias que tratavam diretamente do caso de Braga, desde sua primeira condenação, em junho de 2013, passando pela autorização da prisão domiciliar dois anos depois, até sua segunda condenação em 2017, por associação ao tráfico de drogas, finalizando na sua segunda liberdade condicional, em 2023. Partindo disso, restaram as 12 matérias que serão analisadas nesta pesquisa.

Assim, o objetivo geral deste trabalho, como dito anteriormente, é analisar, utilizando a Análise de Conteúdo apresentada por Laurence Bardin (2011), como as pessoas racializadas são noticiadas nos meios de comunicação tradicionais brasileiros a partir do caso de Rafael Braga, utilizando como objeto de análise o jornal Folha de São Paulo. Os objetivos específicos são verificar como o jornalismo tradicional desumaniza os jovens negros periféricos; olhar para as notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo a partir do debate do jornalismo humanizado; identificar a dinâmica das narrativas que tratam sobre a temática racial e refletir sobre como elas reforçam o estereótipo de pessoas negras na mídia brasileira.

Ainda que o caso de Braga tenha tido grande repercussão há dez anos atrás, o único estudo sobre sua história encontrado no Repositório Digital Lume da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é o Trabalho de Conclusão de Curso de Aline Escarcel da Silveira, em 2022, denominado “Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”: uma análise dos critérios de notícia do caso Rafael Braga. Porém, já foi assunto no Trabalho de Conclusão de Curso de

Gabriela Samira Onias, do Curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2017, denominado “O Racismo Institucional e o Sistema Penal Brasileiro: Caso Rafael Braga”. A história de Braga é utilizada como exemplo nos cursos de Direito, sendo mais uma vez encontrada nos estudos de criminologia e no trabalho “Criminalização da pobreza: um estudo do caso Rafael Braga Vieira e da militância por sua liberdade”, escrito por Gêssica Adriana Dantas Dalcol, concluinte da Faculdade de Direito de Vitória, em 2017. Novamente nos estudos do Direito, Braga aparece na pesquisa intitulada “A Teoria do Etiquetamento e os condenados pela prática do crime de tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro: um estudo sobre O Caso Rafael Braga Vieira”, produzido por Suelen Rosane de Castilho Ferreira, também no Trabalho de Conclusão do curso de Direito da UFF, em 2020.

Este estudo está dividido em cinco capítulos. Após a introdução, o segundo capítulo aborda a ascensão do conceito de jornalismo humanizado e não-hegemônico e o seu papel na prática jornalística, em busca de equidade e consciência na produção de notícias. Também aprofunda esta concepção dentro da imprensa brasileira e como seus estudos ganham força entre os pesquisadores do país, além de apresentarmos de que maneira a mídia brasileira estruturou sua forma de produção tradicional ao longo dos anos. Ainda, analisamos a linguagem utilizada nos jornais hegemônicos brasileiros e o papel do jornalismo no debate e na opinião pública.

No terceiro capítulo adentramos nas relações entre racismo e mídia, apontando como os dois estão intrínsecos um ao outro desde os primórdios da imprensa brasileira, principalmente pelas representações de indivíduos negros nos veículos jornalísticos. Além disso, aprofundamos a ascensão e a prática do jornalismo policial no Brasil e, também, como o sensacionalismo emergiu dentro da mídia, principalmente em razão da mercantilização do acontecimento, cada vez mais frequente e contribuindo para a estereotipação dos corpos negros.

No quarto capítulo adentramos no caso de Rafael Braga, passando por todos os estágios de sua história até a atualidade. Nele, esmiuçamos os acontecimentos da trajetória do jovem desde 2013, quando seu nome ganhou forte repercussão nos maiores jornais do país, até sua segunda liberdade condicional, em 2023.

No quinto capítulo apresentamos a breve história do jornal Folha de São Paulo, veículo escolhido como objeto de pesquisa. Depois, fazemos também uma breve

apresentação do caso Rafael Braga dentro do jornal Folha de São Paulo, com uma tabela para expor todas as matérias que mencionam Braga ao longo dos dez anos. Também falamos sobre a Análise de Conteúdo enquanto aporte teórico-metodológico utilizado na pesquisa, detalhando nosso corpus, que resultou em 12 matérias analisadas de dezembro de 2013 a junho de 2023, período que o caso de Braga completou dez anos. Por fim, sintetizamos o resultado e propomos reflexões acerca da estereotipação de pessoas negras na imprensa tradicional brasileira, além de caminhos para novas narrativas mais humanas dentro destes periódicos.

## 2. Jornalismo humanizado e não-hegemônico

O jornalismo é o elo que mantém, nos processos sociais, a conexão entre o público e a informação. Conforme Chaparro (1994), é o vínculo com o princípio ético universal que deve orientar a moral das ações jornalísticas e, por essa razão, o jornalista assume a responsabilidade consciente pelos seus fazeres profissionais. Assim, se presume que o jornalismo tenha um papel principal em informar seu público sobre os acontecimentos do mundo. Durante muito tempo, a prática jornalística se desenvolveu dessa forma: informar os fatos. Mas, com o passar dos anos, surgiram outras propostas para se opor ao jornalismo tradicional e hegemônico existente. A contra-hegemonia jornalística, como é chamada, busca ideias opostas às que persistem nos grandes conglomerados, entre elas, se opor ao capitalismo embutido nesses lugares. Guimarães (2017) argumenta que o jornalismo contra-hegemônico precisa se colocar como prática que dispute visões de mundo e favoreça a formação da consciência, completando na ação prática as esferas do discurso e do conhecimento. Ao contrário da indústria jornalística tradicional, a imprensa contra-hegemônica se destaca não apenas pelo protagonismo popular no conteúdo que cria, mas também pela utilização de métodos distintos na seleção e construção das notícias, desafiando o modelo convencional e adotando uma perspectiva ideológica.

Sob a ótica da inovação, o jornalismo não-hegemônico procura transformar o debate público promovendo a igualdade, defendendo uma democracia radical e enfatizando a coletividade. Atualmente, essa imprensa alternativa vem crescendo de forma significativa com a internet e as redes sociais, por exemplo. Com tais mudanças, o que sobrevive nessas experiências “é a identidade do jornalismo como instrumento de disputa de poder, o que o discurso empresarial da imparcialidade tenta esconder” (Vaz, 2013, p. 44). A filosofia contra-hegemônica busca principalmente analisar a informação de um veículo hegemônico, mas com um olhar mais criterioso, além de ter a intenção de dar voz e senso crítico às classes sociais que não somente a elite. Mais especificamente, “significa reorientar as percepções sobre o mundo vivido e combater as racionalidades hegemônicas, vislumbrando o presente como passível de ser alterado por ações concatenadas e convincentes”. (Moraes, 2010, p. 73).

Ainda, o jornalismo humanizado questiona o discurso predominante por meio de abordagens editoriais que se opõem ao controle ideológico imposto pela mídia convencional. Pode ser constituído no movimento comunitário e popular, com o objetivo de se expressar livremente, produzir outro tipo de conteúdo e atuar para a conscientização,

democratizando o acesso à informação e aos meios, provocando transformações sociais (Peruzzo, 2008).

Conceitualmente, a comunicação popular, alternativa, comunitária e/ou radical se confundem. A confusão ocorre porque, apesar de denominações diferentes, na prática, em muitos casos os objetivos, os processos desenvolvidos e a estratégia são os mesmos ou, no mínimo, semelhantes. Porém, apesar das aproximações de sentido, no percurso da democratização do país, algumas dessas denominações foram se configurando com perfis mais específicos [...] Uma dessas denominações é comunicação comunitária, a qual acabou se configurando numa vertente mais específica em decorrência das práticas sociais desenvolvidas. (Peruzzo, 2008, p. 35)

Em entrevista à Bortoli (2016) publicada na Revista Alterjor, o jornalista brasileiro Jorge Kanehide Ijuim reflete acerca da possibilidade de se fazer um jornalismo humanizado. “Para um jornalismo humanizado, que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo” (Bortoli, 2016, p.9). A ascensão de um jornalismo não-hegemônico identificado por Cremilda Medina (2003), ainda na década de 1970, propõe-se reviver o prazer e o desejo de explorar as pessoas e o contexto social em que estão inseridas, através de uma narrativa com um estilo autoral e inovador. Busca-se, assim, trazer uma perspectiva mais humana às técnicas profissionais, respondendo às limitações da gramática jornalística atual que não satisfazem as necessidades coletivas.

Assim, Ijuim (2002) reflete que o compromisso do comunicador se configura na observação e na reflexão acerca do mundo. Isso possibilita que o profissional o perceba e assim o expresse, não se limitando apenas às funções técnicas, “mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/solidariedade com o público – os outros seres humanos” (Ijuim, 2002, p.42). É fundamental que o jornalista valorize tanto a história de vida e a singularidade humana quanto a abstração conceitual. Diante disso, no entendimento de Ijuim, um comunicador que desenvolva tais habilidades e esteja consciente desses desafios, poderá desenvolver um jornalismo humanizado. “Seu trabalho – enquanto processo e enquanto consequência – pode constituir em contribuição ao processo de pessoalização – ser vasos comunicantes de solidariedade, compaixão, humanização” (Ijuim, 2002, p.45).

No Brasil, as mudanças se tornam ainda mais evidentes devido à intensificação da concentração ideológica nos veículos de mídia tradicionais, exacerbada pela crise no modelo



convencional de jornalismo. De acordo com Cremilda Medina (2003), para que o cotidiano se presentifique é preciso romper com as rotinas industriais da produção da notícia, superar a superficialidade das situações sociais e o predomínio dos protagonistas oficiais. O jornalismo humanizado não se limita a criar textos distintos com uma linguagem que aprecia os personagens. Vai além, buscando capturar a essência das ações humanas – é uma visão, uma perspectiva e um ponto de partida únicos.

Para Targino (2009), isso exclui, teoricamente, a ideia de um jornalismo mercantilizado e reforça a intenção de um jornalismo voltado para a cidadania e/ou ligado aos valores poéticos do jornalismo brasileiro. Levando em consideração as mudanças que a mídia e a sociedade vêm enfrentando nas últimas décadas, a concepção de um jornalismo não-hegemônico traz uma reflexão sobre o papel dos profissionais de comunicação na construção de uma narrativa mais empática e inclusiva nos textos das matérias. Com isso, a implementação efetiva de práticas de jornalismo humanizado busca estimular a compreensão mútua e a reflexão sobre questões sociais importantes. Assim, Targino (2009), apesar de ter seu estudo voltado para o webjornalismo, também reflete que “o jornalismo participativo nutre a esperança de respeito à voz do cidadão e incorpora a redação de textos informativos e indissociavelmente construídos segundo os pleitos da audiência”.

## **2.1 Jornalismo humanizado no Brasil**

O conceito de jornalismo alternativo, proposto também por Antonio Gramsci (1831 - 1937), parte do conceito de hegemonia. A proposta do filósofo e político italiano, considerado um dos mais influentes autores marxistas do século XX, também é uma boa base para uma melhor compreensão do papel da imprensa alternativa no Brasil hoje. A teoria gramsciana pressupõe que

a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se” (Moraes, 2010, p. 55).

Diante disso, esse conceito de comunicação hegemônica é compreendido por Gramsci como uma façanha para que o leitor seja levado a refletir e analisar a informação de

um único ponto de vista. Inclusive, é importante destacar que esses grandes conglomerados de mídia utilizam seu discurso jornalístico como uma ferramenta para sustentar e reforçar as relações de poder.

No cenário brasileiro, é possível notar nos grandes veículos uma certa padronização da linguagem e abordagem das notícias do cotidiano. Parte das informações são dadas, na maioria das vezes, por jornalistas que não vivenciaram o fato ou a situação, que os conhecem apenas por meio de conceitos e não pela experiência. Sobre isso, Stuart Hall *et all* analisou a produção de notícias na grande imprensa e verificou que “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos com um conjunto de categorias socialmente construídas” (1999, p. 224). Nesse caso, para que o cotidiano se presentifique nos textos jornalísticos “é preciso romper com as rotinas industriais da produção da notícia, superar a superficialidade das situações sociais e o predomínio dos protagonistas oficiais” (Medina, 2003, p. 92).

A desumanização das narrativas jornalísticas nos veículos brasileiros carrega heranças da imprensa do século XX, ou seja, evidencia o alinhamento sempre presente com as forças de elite e o capitalismo. Jorge Kanehide Ijuim, ao escrever “Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas” (2012), alerta que não existe uma imprensa boa ou ruim, e, sim uma imprensa que atua em um determinado tempo e lugar. Desse modo, a imprensa está instalada em uma sociedade e, conseqüentemente, dentro de um bloco social. Por isso, “pode-se inferir que estes órgãos de imprensa publicam matérias dessa maneira desumanizada porque há parcela expressiva da sociedade que pensa desta forma” (Ijuim, 2012, p. 127).

Essa forma de fazer matérias tem ocasionado reflexões acerca de como a sociedade midiática, ou seja, os grandes veículos comunicacionais, tem disciplinado a atuação do jornalista no seu modo de produzir, por meio de regras de como fazer e como agir. Medina (2008) aponta sobre os riscos do repórter tratar de um fato sem a devida inserção ou conexões com o todo. Isso pode ser perigoso porque, muitas vezes, esse “todo” pode abarcar significados históricos e culturais que não devem ser deixados de lado ou tampouco desprezados pelo comunicador. Medina (2008), em sua crítica ao pensamento de Augusto Comte (1798-1857) - em que o estado positivo, regime definitivo da razão, tem na observação a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade - alerta que essa visão comtiana sofreu mutações quando inserida nas produções jornalísticas.

A essa concepção positivista ainda não se haviam acrescido as compreensões científicas da indeterminação nos processos materiais e sociais, a noção de caos dinâmico, compreensão de atos emancipatórios imprevisíveis. Tampouco havia sido incorporada a noção de produção simbólica, que transcende os fenômenos aparentes. (Medina, 2008, p. 19)

Por esta razão, é possível observar grandes jornais brasileiros que se apegam à primeira impressão de um fato ou acontecimento. Diante disso, se desenvolvem pré-julgamentos, condenações e críticas acerca do que os comunicadores observam ou, ainda, “os jornalistas se apegam cegamente a dados e informações de fontes oficiais, de ‘autoridades’ científicas, e também julgam e condenam. Assim, a cultura, a história, o não dito, o não revelado no imediato, são desprezados” (Ijuim, 2012, p.131).

Neste contexto, o jornalismo humanizado no Brasil deveria ser utilizado como uma abordagem vital dentro dos meios de comunicação tradicionais, colocando as pessoas no centro da narrativa jornalística, isto é, com uma produção voltada para humanizar as técnicas profissionais, uma vez que a gramática jornalística atual atende todas as demandas coletivas. Portanto, Ijuim (2002) apresenta uma ideia de como transformar o modo de produção da imprensa brasileira em valorizando a experiência e, conseqüentemente, humanizando o fazer jornalístico e não apenas relatando eventos, mas também buscando compreender as complexidades por trás de cada história contada. Isto posto, Ijuim apresenta também o crescimento de questionamentos sobre tais produções jornalísticas no Brasil atualmente.

A modernização da imprensa nas últimas décadas fez com que as grandes narrativas dos fatos perdessem espaço para as histórias mais curtas e sucintas. Ijuim (2017) dialoga com Paulo Freire (1921 - 1997) acerca do conceito de humanização. Segundo Ijuim, o conceito de humanização para Freire “exige engajamento com a realidade, cumplicidade com o outro – solidariedade” (Ijuim, 2017, p. 238). Assim sendo, ao negar este compromisso e esta solidariedade, “o jornalista – alienado dos valores universais – ignora também a complexidade dos acontecimentos que deve investigar” (Ijuim, 2017, p. 238). Esta solidariedade apresentada por Freire é introduzida por Ijuim no meio da comunicação justamente com a alternativa de uma produção jornalística que estabeleça conexões entre o conteúdo divulgado e uma maior identificação com a audiência. Ao analisar algumas matérias de jornais tradicionais brasileiros, Ijuim (2017) evidencia que tais produções sinalizam não só a linha editorial desses periódicos, mas representam também um “microcosmo” do pensamento da sociedade brasileira. Por isso, Ijuim (2002) discorre sobre a possibilidade de redundância do termo *jornalismo humanizado*, já que “ao jornalismo cabe

a tarefa de produzir o relato das ações humanas e ser vasos comunicantes na sociedade” (Ijuim, 2002, p.7).

Apesar disso, a prática de produções jornalísticas precisa priorizar as pessoas como centro da matéria e a necessidade de estarem presentes em todas as etapas dessa produção. Dessa forma, a humanização do jornalismo se apresenta como uma alternativa para fugir de produções que deixam de lado a contextualização dos fatos. Cabe lembrar que o jornalismo, historicamente, abriga esse caráter de integração entre as pessoas e com a sociedade como um todo. Alves e Sebrian (2008), também relembram que o compromisso do comunicador se configura na observação e na reflexão acerca do mundo “mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/solidariedade com o público – os outros seres humanos” (Alves e Sebrian, 2008, *apud* Ijuim, 2002, p.42).

Sendo assim, é possível produzir um jornalismo mais humanizado no Brasil? Ijuim (2012) acredita que sim e, inclusive, apresenta exemplos de comunicadores brasileiros que buscam utilizar essa linguagem que se propõe a compreender o todo que envolve cada acontecimento. Em um dos seus trabalhos, o pesquisador traça uma linha do tempo desses jornalistas, como Raul Pompéia (1863 - 1895), João Paulo Barreto (1881 - 1921) e João Antônio (1937 - 1996). Essas figuras são “alguns dos muitos que deixaram seu legado às gerações atuais, que vêm cumprindo com dignidade o papel de narrar a contemporaneidade” (Ijuim, 2012, p.132). Na atualidade, Ijuim traz como exemplo a jornalista Eliane Brum que se destaca no país por ter um olhar bastante humano nas suas produções, sempre buscando colocar o indivíduo como peça central da história.

Das referências de Raul Pompeia a Eliane Brum aqui selecionadas percebe-se que não considero humanização apenas a forma. Tratar a pessoa mais que uma fonte, mas como personagem de uma história, sim, é uma das possibilidades de humanizar o relato jornalístico. Mas podemos superar essa visão reducionista. Humanizar começa na “leitura da pauta”, por um olhar que vai além da fórmula. O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. (Ijuim, 2002, p. 133)

Logo, estes jornalistas são exemplos daqueles em que “o trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos”. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador” (Ijuim, 2002, p. 134). Nesse sentido, percebe-se que essa nova

perspectiva tem ganhado espaço no cenário jornalístico brasileiro em razão do surgimento de questionamentos acerca da maneira de reproduzir os acontecimentos na atualidade.

## **2.2 O discurso da mídia tradicional e suas contestações**

O jornalista Ricardo Ferreira (2006) analisa que a forma de linguagem seguida nas redações precisou ser alterada a partir da Constituição de 1988. “A própria imprensa cria ‘indexes’<sup>1</sup>, via manuais de redação, alertando sobre a forma e o conteúdo da abordagem do segmento afrodescendente, mas também em relação a outros grupos minorizados” (Ferreira, 2006, p.83). O autor também observa que, mesmo após a mudança dos manuais de redação dos jornais tradicionais do Brasil, ainda se mantiveram um estereótipo na linguagem quando se tratava de corpos negros, por exemplo. Conforme Thompson (1998), os meios de comunicação exercem um papel importante e poderoso também para a organização da sociedade atual.

Traquina (2005) também defende que o jornalismo tem um compromisso com as práticas da democracia e que “a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura” (Traquina, 2005, p.22). Logo, dependendo das práticas de discursos impostas e executadas pelos jornais, eles podem perpetuar visões dominantes e alinhadas à hegemonia jornalística, falhando em um dos seus principais papéis, que é promover uma democracia mais igualitária e, assim, uma sociedade mais justa, livre de preconceitos e estereótipos.

Mas não é possível falar de discurso dominante no jornalismo e não mencionar de que maneira os grandes veículos de comunicação se consolidaram nesse lugar de poder. De acordo com Rempel e Bonini (2023), tais grupos se colocam como confiáveis ao defenderem que “apresentam um relato com fidelidade aos fatos e neutralidades, ou seja, supostamente informam sem tomar partido de nenhum lado” (Rempel e Bonini, 2023, p. 9495). Quando esses jornais se colocam como ‘donos’ de um jornalismo que possui essas características, afirmam também que a forma de produzir esse jornalismo tem qualidade e confiança. Conforme Bonini (2022), as empresas que controlam o jornalismo dominante são

---

<sup>1</sup> O jornalista Ricardo Ferreira (2006) utiliza este termo para se referir aos índices dos manuais de redação, que armazenam os termos usados em determinados jornais.

muito poderosas econômica e socialmente e dispõem de diferentes formas e mecanismos de disseminação e sedimentação de sua posição de poder através desse discurso dominante, quase intrínseco nas produções. De modo geral, tal discurso aparece principalmente “nos manuais de estilo dos jornais, pelos manuais de formação do/a profissional de jornalismo e pela própria propaganda ideológica que aparece em anúncios publicitários dos jornais e dos canais de notícia” (Bonini, 2022, p. 540). Ainda, o autor também apresenta outras maneiras de caracterizar o jornalismo dominante.

O discurso jornalismo hegemônico se baseia em pressupostos como “neutralidade” na apuração de dados, “objetividade” da narrativa, e “pluralidade” de visões, itens que buscam, no plano ideológico, alocar as empresas de jornalismo dominante como legítimas mediadoras dos debates sociais, guardiãs da democracia e narradoras da história. Essa representação como discurso desinteressado e não defensor de uma posição particular não se sustenta em termos da própria natureza da linguagem que sempre será ideológica, mesmo quando diz que não o é (sendo até mais, quando assim se pronuncia (Bonini, 2018, p. 97).

Por esse motivo, ao se colocar a favor da neutralidade, mesmo que falsa na maioria das vezes, esse jornalismo dominante favorece a manutenção de estruturas sociais vigentes que, quase sempre, são voltadas para a elite. Hackett (2016) ao discorrer sobre telejornalismo, constata que “pode ser que as próprias formas através das quais as notícias televisivas transmitem a sua imparcialidade e neutralidade sirvam para disfarçar (ou esconder) as pressuposições ideológicas subjacentes” (Hackett, 2016, p. 174). Além disso, esses discursos vistos como despolitizados têm se mostrado cada vez mais presentes nos últimos anos, na tentativa de impedir ou retardar uma construção de consciência social e política do público, como reafirma Rempel e Bonini (2023). Nesse sentido, os grandes veículos da mídia brasileira utilizam de argumentos como a credibilidade e relevância para defender a posição de praticar um jornalismo sério, objetivo e imparcial, criando então um modelo exemplar de exercer o jornalismo. Esse modelo, portanto, é como a criação de uma identidade do que é “fazer jornalismo” atualmente.

Na tentativa de contestar esses discursos enraizados na mídia brasileira, surge o jornalismo alternativo para tentar contra essa forma de produção e alinhado na ideia de diminuição de assimetrias sociais e desigualdades. Ainda que, segundo Bonini (2022), no que diz respeito ao modo de fazer, este jornalismo não-hegemônico reproduz, vez ou outra, aspectos do jornalismo convencional, ele representa uma transformação das estruturas sociais. Impondo, também, limites para os interesses particulares que possam se deixar escapar pela comum inflexibilidade do jornalismo convencional. Essa contestação,

entretanto, não é algo novo, como aponta Carvalho e Bronosky (2017), mas pode ser considerado um fenômeno nos últimos anos pelo número crescente no contexto brasileiro. De forma geral, Peruzzo (2008) destaca que “os jornais tidos como alternativos, populares, independentes ou comunitários estão associados a esse tipo de jornalismo de transformação social, uma vez que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço de participação democrática do povo (Peruzzo, 2008, p.49).

O meio digital também foi de extrema importância para a disseminação dessa contestação do jornalismo dominante, em que, ao contrário da neutralidade, se adotou um posicionamento marcado, principalmente, pela narrativa. No jornalismo alternativo, “os limites estão mais borrados, uma vez que é marca desse jornalismo a expressão explícita do posicionamento político sobre determinadas questões, sobretudo no que diz respeito a aspectos humanistas” (Carvalho e Bronosky, 2017, p.35). Logo, o ambiente digital se torna um aliado crucial para alcançar uma ampla audiência, especialmente devido à sua relevância social ser mais significativa, especialmente entre os jovens, que estão mais acostumados com plataformas digitais e são geralmente mais abertos a novas experiências, conforme afirmam os autores. Assim, a internet motiva o surgimento de experiências comunicativas democráticas e comunitárias, por ser capaz de eliminar distâncias e oferecer custos de manutenção menores que as tradicionais.

Nesse contexto, esse tipo de jornalismo se esforça para se distanciar das práticas ativistas, militantes, amadoras, pseudo-jornalísticas ou pseudo-alternativas, que muitas vezes visam impor interesses pessoais ou de grupos específicos. Em vez disso, busca aderir ao princípio fundamental do jornalismo, que é a criação de notícias e reportagens voltadas para o interesse público. De acordo com Oliveira (2009), o conceito do jornalismo alternativo é atuar como uma “perspectiva de reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos” (Oliveira, 2009, p.6). Essas produções também são mais dispostas à colaboração e se apresentam de forma mais adaptada a esta nova realidade atual em que o público é também um contribuinte entusiasta da informação. Este modelo reduziu os preconceitos que o jornalismo alternativo poderia sofrer ao manter práticas editoriais mais abertas, ou seja, “consideradas historicamente mais participativas ou menos profissionais”, conforme destacam Carvalho e Bronosky (2017). Dessa maneira, o papel civilizador que a prática do jornalismo humanizado apresenta, com

uma percepção diferente acerca da realidade, representa o espírito livre que move o senso crítico. Além do que, transforma as estruturas sociais e impõe limites para os interesses particulares e econômicos impostos durante tanto tempo pelo jornalismo convencional e tradicional.

### **2.2.1 O jornalismo enquanto ferramenta de inclusão no debate público**

Historicamente, dentro de todo o sistema de conglomerado de mídia, a imprensa sempre se constituiu como um espaço significativo para o entendimento do debate público, do pensamento crítico e compreensão do que acontece na sociedade. Mesmo que, segundo Traquina (2005), isso nem sempre aconteça de maneira equilibrada, respeitando os valores e as normas da prática jornalística, como liberdade, independência, credibilidade, verdade e objetividade. Nesse sentido, para analisar a construção da esfera pública, Habermas (1984) sugere que ela pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público maior. O autor usa como principal exemplo para essa formação a ascensão da burguesia moderna, já que foi nesse cenário que a esfera pública começou a se configurar como um mecanismo de defesa dessa burguesia em relação à autoridade estatal.

A crescente demanda por um debate mais amplo e por relações sociais mais robustas levou à transformação dos jornais e da imprensa em pilares centrais da argumentação pública. Conforme aponta Traquina (2005), o conceito de opinião pública surgiu como um produto de filosofias liberais no final do século XVII e XVIII. Logo, ela se forma como um importante instrumento de controle social e é constantemente “alimentada” com informações diversas através da imprensa. Segundo o historiador George Boyce, a imprensa iria atuar como um elo entre a opinião pública e as instituições governantes da época. Dessa forma, Habermas afirma que a “imprensa se estabelece como órgão crítico de um público que pensa política: como um quarto estado” (Habermas, 1984, p. 78). Traquina também pontua que os jornais eram vistos “como um meio de exprimir as queixas e injustiças e como uma forma de assegurar proteção contra uma tirania insensível” (Traquina, 2005, p. 47). Assim, o jornalismo, como um “quarto poder”, e a democracia foram se constituindo ao longo dos anos em simbiose.

Como um espaço essencial para a troca de ideias, a imprensa se estabelece com um jornalismo opinativo, desempenhando a função de esclarecer, educar, informar e estimular a



reflexão coletiva da população. No entanto, como mencionado antes, um novo jornalismo emergiu na era do positivismo e passou a se viver um culto aos fatos, bem como afirma Traquina (2005). Além disso, o autor também afirma sobre o crescimento da figura do repórter no jornalismo e o esforço em transformar a profissão em uma “máquina fotográfica da realidade, ou seja, na sua ideologia profissional, o espelho da realidade” (Traquina, 2005, p.52). Com isso, as notícias passaram a ser voltadas para os acontecimentos, ou ainda, para uma transmissão direta desse acontecimento. Segundo Terossi e Soares (2009), a partir disso, os discursos e acontecimentos podem ser tornados públicos através da mídia por ela oferecer suporte técnico e materialidade, ou seja, a comunicação independe de uma situação de copresença dos indivíduos. Ainda, Lima (2009) defende também a centralidade que os meios de comunicação ocupam na sociedade. O autor destaca que a maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada ‘centrada na mídia’ (*media centric*), “uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um dos seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela” (Lima, 2009, p. 55).

Entretanto, com o desenvolvimento, as mudanças enfrentadas pela imprensa e o modo de exercer o jornalismo, ao invés de intermediar a opinião pública, os meios de comunicação desenvolvem técnicas para moldá-la a seu modo, de acordo com Almeida (2018). A mídia tem possibilidade de dar origem ao debate, “mas seu desenvolvimento tem transformado o princípio da publicidade em instrumento de interesses pré-estabelecidos” (Thompson *apud* Rodrigues, 2006, p. 21). Em outras palavras, como mencionado anteriormente, o sistema de produção de notícias nos meios de comunicação tradicionais frequentemente exclui os cidadãos do debate público. Dessa maneira, a proposta de um jornalismo público procura corrigir tais distorções, retirando o poder decisório dos jornalistas no processo de produção das notícias e transferindo-o aos cidadãos de maneira geral, conforme afirma Rodrigues (2006).

Por esse motivo, para que a esfera pública retorne para um espaço democrático de debate, de construção do pensamento crítico e de fortalecimento de opinião são necessárias ferramentas para que o cidadão seja incluído novamente neste lugar. Conforme aponta Dourado (2010), a internet motiva o surgimento de experiências comunicativas democráticas e comunitárias, por ser capaz de eliminar distâncias e oferecer custos de manutenção menores. A autora também destaca que o armazenamento de informações sem limites e

ferramentas “como e-mails, newsgroups, mailing list, chats e serviços de mensagem instantânea também abrem possibilidades para discussões em grupos e troca de informações em tempo real” (Dourado, 2010, p. 4). Assim, as redes e o ambiente digital permitem que o indivíduo divulgue a informação que desejar, além de permitir que ela seja permeada e compartilhada para um número grande de pessoas, rompendo barreiras e limites que anos atrás ainda não eram possíveis.

Lévy (1999) destaca que o “ciberespaço encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (Lévy, 1999, p. 203). Sendo assim, a internet se transformou em um agente para abrir espaço para novas vozes, novos atores sociais, além de propor princípios como o pluralismo, a diversidade informacional e a liberdade de acesso. Para Rodrigues (2006), esse lugar fez com que o espaço público fosse alargado e, conseqüentemente, surgissem “possibilidades efetivas de divulgar conteúdos críticos de interesse público e incrementaram-se espaços de observação que exercem a sua vigilância crítica sobre os media que pertencem ao mainstream para veicular visões alternativas” (Rodrigues, 2006, p.24).

Dessa maneira, os jornalistas e produtores de informação estão vivendo um ambiente em que a interatividade está cada vez mais ampla e com a participação do público mais ativa. Isso significa que a mídia oferece uma ampliação de espaços para que esse público possa participar da coprodução de determinados materiais de informações ou de notícias. O potencial de recepção, envio e compartilhamento de diferentes informações pela internet atingiu níveis estrondosos, indo além dos moldes do jornalismo tradicional. Segundo Carvalho e Lage (2012), investidos “no papel do ‘eu repórter’, o público não apenas denuncia, como também produz e reproduz o próprio material jornalístico (fotos, vídeos, notícias), direta ou indiretamente” (Carvalho e Lage, 2012, p.263). Conforme o jornalista Dênis de Moraes (2001), esse potencial consolidou a internet e o ambiente digital como “um dos meios de comunicação vitais para a construção da cidadania mundial” (Moraes, 2001, p. 145). Assim, a internet rompe com as barreiras e multiplica ainda mais a difusão de um jornalismo humanizado, cidadão e participativo. Uma sociedade organizada nas redes se solidifica como uma base material para o surgimento de movimentos voltados para a transparência, por exemplo, além de propiciar o surgimento dos mais diversos pontos de vista acerca de um fato ou acontecimento.

### 3. Corpos negros na mídia

Abramo (2016, p. 37), com texto originalmente escrito em 1988, aponta a manipulação da informação como “uma das principais características do jornalismo no Brasil”, praticada “pela maioria da grande imprensa”. São considerados padrões de manipulação: a ocultação, a fragmentação, a inversão e a indução como principais instrumentos de distorções de informações. Esse modelo de manipulação é fundamental para uma melhor compreensão acerca do fazer jornalístico brasileiro pois, para ele, a manipulação da informação tem um significado político. O jornalista José Arbex Junior, dialogando com o pensamento de Abramo, também ressalta o papel da mídia na construção e sustentação de poderes.

Ela é imprescindível, como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes, e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (Arbex in Abramo, 2016, p.20)

Essa lógica de poder e a construção de manipulação intrínseca na mídia brasileira, destacada pelos autores, continuam dominando dentro dos grandes veículos de comunicação do país. A ligação com a política se dá em razão da distorção da realidade por meio de uma manipulação da informação ter um significado econômico para a imprensa. Muitas vezes, por imposição de anunciantes privados ou estatais, os conglomerados de mídias se vêem obrigados a distorcer acontecimentos diversos. Isso ocorre porque o jornalismo praticado pela grande imprensa atende principalmente aos interesses do mercado e de um pequeno grupo de consumidores. Tal manipulação apresentada por Perseu Abramo dá luz também às inconsistências nas coberturas e matérias, sobre diversos assuntos, que envolvem questões raciais. Em consequência disso, “sendo o jornalismo um dos senhores da memória, essa cobertura por vezes irresponsável pode acabar reforçando representações sociais negativas da comunidade negra e de populações periféricas” (Santos, 2019, p.6).

Silva e Rosemberg (2008) compreendem que “nos jornais, o negro permaneceu, em geral, limitado às editoriais policiais, relacionado à criminalidade; de esporte, principalmente no futebol e no atletismo; de cultura, em geral, cantores e músicos” (Silva e Rosemberg, 2008, p. 92). Tal afirmação evidencia de que maneira o jornalismo rege a opinião pública e como o racismo funciona dentro dessa estrutura. Quando se fala em grandes veículos de comunicação e a hegemonia detida por eles, é possível perceber a relação de proximidade entre racismo e mídia, já que esses veículos sempre defenderam, ao longo da história, os interesses em classes dominantes. Com isso, a mídia herdou seu racismo da sociedade na qual ela está inserida, e o racismo desta sociedade é continuamente alimentado pelos veículos de imprensa (Santos, 2019, p.17).

Pode-se observar que o racismo está inserido no jornalismo já na contratação de jornalistas negros, por exemplo. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apenas 22% dos jornalistas contratados no ano 2015 eram negros. As grandes redações dos maiores jornais tradicionais do Brasil são regidas por pessoas brancas e, portanto, isso automaticamente reflete nas matérias que são publicadas e a maneira como são escritas. Com isso, se estabelecem estereótipos e representações específicas em torno de corpos negros, seja nos jornais, telejornais, revistas ou no ambiente digital. Quando se fala sobre tráfico de drogas, por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também mostra que o número de pessoas negras presas por conta do crime é duas vezes maior que o de pessoas brancas, o que prova a importância de analisar porque esse número é tão alarmante. Nesse sentido, uma das situações mais comuns que o jornalismo exerce em cima de estereótipos raciais para ilustrar notícias são quando jovens negros que são presos, com quantidades mínimas de drogas ou entorpecentes, são nomeados como traficantes, enquanto que, por outro lado, um mesmo jovem branco nesse lugar é considerado nada mais que um usuário. Esses casos estão quase que diretamente ligados à falta de representatividade negra nas redações e em espaços de poder, em que as narrativas, até hoje, são regidas por pessoas brancas.

Historicamente, somos seres que tendem a discriminar e a naturalizar a desigualdade, uma vez que nossa socialização nos condiciona a associar a desigualdade a grupos específicos, como negros, indígenas e LGBTs. É crucial destacar que todas as formas de violência racial estão interligadas; quando há uma separação entre elas, frequentemente ocorre uma tentativa de tratá-las como questões isoladas, como se fossem problemas

pontuais. Sobre isso, o filósofo Silvio Luiz Almeida (2018), reflete que o racismo institucional está contido no racismo estrutural.

Quando achamos que só existe racismo institucional, pressupõe-se que a forma de combatê-lo é mudando o funcionamento da instituição. Uma dessas soluções seria a criação de políticas de inclusão racial, como as cotas. Ao observar a realidade vemos que não é suficiente para sanar o problema como um todo. Em contrapartida, quando afirmamos que só existe racismo individual, entende-se que o racismo é uma manifestação consciente do indivíduo, e a solução seria punir esse indivíduo, o que também não gera impacto em grande escala no combate a esta forma de violência. (Almeida, 2018, p. 52).

O historiador Sidney Chalhoub mostra em seu trabalho “Classes perigosas” (1996) que os negros passaram a ser os suspeitos preferenciais após a Abolição de 1888. Segundo o autor, “o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de ‘classes perigosas’ no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais” (1996, p. 23). Traquina analisou a produção de notícias na grande imprensa e verificou que as notícias “são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (Traquina, 1993, p. 169). Dessa forma, ao transformarem os acontecimentos e notícias, os corpos negros, principalmente dos homens, acabam sendo tratados de maneira distintas nos grandes meios de comunicação brasileiros. Isso porque a mídia, de maneira geral, consegue se utilizar de discursos como uma regulação das práticas sociais, além de ter o poder de normalizar ações, comportamentos e estereótipos como estes, que deixam de ser problematizados do tempo.

Os veículos comunicacionais têm o objetivo básico de informar, mas também atuam de maneira determinante perante a opinião pública, como já dito anteriormente. Eles são como uma estratégia política global, dispositivos de mobilização e integração das populações. Sobre essa afirmação, Sodré (1992) destaca que a mídia é um produto simbólico, indutora de hábitos, crenças e modos de percepção. Azevedo e Nohara (2008) também enfatizam o papel essencial dos meios de comunicação de massa na construção e reafirmação das identidades individuais, em que os mesmos oferecem modelos de pensamentos e de comportamentos a serem seguidos. A participação da imprensa, onde ela atua e se insere, é primordial para compreender melhor seu papel na perpetuação de padrões que silenciam, de preconceitos e estereótipos que estigmatizam e desumanizam determinados sujeitos, nesse caso específico os corpos negros.

No jornalismo, os estereótipos e estigmas sociais são perpetuados, muitas vezes, de maneira natural e normalizada. De acordo com Foucault (2009), na tentativa de relatar os acontecimentos à nossa volta, por estar inserido na sociedade e envolto numa relação com o mundo, os produtos jornalísticos se tornam meios de reprodução principais das relações sociais e de suas hierarquias. Partindo do pressuposto que a mídia brasileira foi moldada quase que de maneira intrínseca no colonialismo e no racismo, é possível perceber que grande parte dos veículos de comunicação brasileiros se relacionam em uma dinâmica na qual a sociedade estruturalmente racista é parte constitutiva da mídia. Hall (2016) afirma, sobre os efeitos dos estereótipos construídos pela mídia que

o primeiro ponto é que a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença” [...] Em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. O terceiro ponto é que a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder (Hall, 2016, p.191).

Portanto, é fundamental reconhecer que essas representações muitas vezes são permeadas por estereótipos prejudiciais, que acabam por reforçar narrativas de inferioridade, criminalização e marginalização. No panorama do jornalismo brasileiro, a representação de homens negros frequentemente se encontra permeada por estereótipos arraigados, refletindo não apenas os desafios e heranças históricas citados anteriormente, mas também questões mais contemporâneas de preconceito e marginalização. Essa estereotipagem se manifesta de diversas formas, desde a escolha de palavras e imagens até a abordagem de temas sensíveis nas narrativas dos veículos de comunicação. A professora e ativista norte-americana bell hooks (2019) também destaca que, embora sejam imprecisos muitas vezes, os estereótipos são uma forma de representação, “uma invenção, um fingimento de que se sabe quando os passos que levariam ao verdadeiro conhecimento possivelmente não podem ser dados ou não são permitidos” (hooks, 2019, p.303).

A dimensão de estereótipos que desumanizam corpos negros pode ser observado na linha da autora de Patrícia Hill Collins (2019) e sua proposta teórica com as chamadas “imagens de controle” que, segundo a autora “são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo e a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (p.136). Apesar do estudo das imagens de controle apresentado por Collins ser voltado para as mulheres negras norte-americanas, também pode ser aplicado aos homens negros no contexto da mídia brasileira. Essas imagens estão profundamente arraigadas no imaginário social e são utilizadas como formas de opressão,

oferecendo uma representação quase exclusiva do corpo negro. Esse fenômeno reflete como os homens negros são frequentemente retratados de maneira homogênea na mídia brasileira, sendo agrupados em estereótipos semelhantes de comportamentos, subjetividades e características físicas. Conseqüentemente, a sociedade, que está cada vez mais imersa na mídia, interpreta e internaliza esses discursos, que acabam moldando o senso comum. Assim, tais formas discursivas não necessariamente comunicam, mas reforçam representações e estereótipos que desumanizam corpos negros.

Sendo assim, tais representações reducionistas não apenas objetificam os homens negros, mas também os despojam de sua humanidade e individualidade, contribuindo para a reprodução de uma visão distorcida e preconceituosa sobre seu lugar no mundo. Tais estereótipos desumanizadores arraigados nos meios de comunicação de massa brasileiros refletem não apenas desafios históricos, mas também questões contemporâneas de preconceito e marginalização presentes no cotidiano brasileiro, resultantes do racismo estrutural.

### **3.1 Cobertura policial no jornalismo brasileiro e o sensacionalismo**

Uma das formas mais evidentes de estereotipagem é a associação recorrente entre homens negros e a criminalidade. O jornalismo policial, em particular, tende a retratar homens negros como suspeitos ou criminosos sem contextualizar as circunstâncias sociais de tais situações ou as circunstâncias. Essa abordagem simplista e sensacionalista não apenas reforça preconceitos arraigados na sociedade, como também negligencia a complexidade dos problemas sociais que contribuem para o envolvimento desses indivíduos em atividades criminosas, por exemplo. Embora a editoria de polícia no jornalismo brasileiro não esteja presente em muitas pesquisas, foi possível encontrar uma definição desse tipo de fazer jornalístico. A afirmação sustentada por Angrimani (1995) avalia o jornalismo policial como um estilo “ligado ao homicídio, à morte e ao sangue derramado; o sangue representa simbolicamente esse gênero de imprensa” (Angrimani, 1995, p.64).

Outro fator importante para compreender melhor a essência do jornalismo policial é que ele não existiria sem mortes e violência. Segundo Traquina (2008), “onde há morte, há jornalista. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas dos jornais (2008, p.79). Por isso, existe um tipo de cobertura específica para o

repórter que trabalha nesta área. O jornalista brasileiro Ricardo Kotscho também destaca que a cobertura policial não se trata apenas de registrar o fato e, sim, ir fundo nas buscas de suas causas e consequências (1989, p.58). Isso porque, informar acontecimentos que se enquadram neste tipo de cobertura influencia o público acerca do contexto da criminalidade e da segurança pública do local em que este está inserido.

No Brasil, a cobertura policial na mídia começou a ganhar espaço através do rádio e, posteriormente, pela televisão. De acordo com Lopes (1988), a maior parte das informações do âmbito policial era transmitida normalmente por emissoras radiofônicas não populares, através de inserções durante os noticiários. Na época, para comunicar aos ouvintes notícias mais sérias, eventos como assaltos, roubos e crimes eram consolidados em uma única seção nos noticiários das rádios. Isso permitia uma maior dedicação a informações abrangentes, englobando política, economia e esporte, mantendo um caráter informativo constante. As reportagens policiais também recebiam atenção especial, com foco na precisão e evitando exageros na divulgação dos eventos. Assim, o jornalismo policial foi ganhando espaço nas emissoras de rádio em função da grande audiência, além de se destacar principalmente entre o público de classes mais baixas. Os efeitos e trilhas sonoras, utilizados para criar uma atmosfera mais realista, contribuíram para intensificar a tensão dos ouvintes durante a transmissão dos eventos, que eram narrados tal qual uma história. Lopes (1988) aponta que a eficácia do noticiário policial reside na narrativa e dramatização dos fatos em si, “criando um clima de suspense crescente e de envolvimento emocional da radionovela” (p. 125).

Apesar de os telejornais não serem o principal assunto desta pesquisa, eles são essenciais para compreender melhor o surgimento do jornalismo policial na imprensa brasileira. Com a chegada da televisão, o “fazer jornalístico policial” também ganhou destaque rapidamente. A virada do milênio apenas confirmou o que já engatinhava nos últimos anos da década de 1990. Isso porque, segundo Borges (2002), em 2002 havia cerca de vinte programas de jornalismo policial sendo transmitidos no telejornalismo brasileiro. Até então, tais estilos de programa ficavam restritos dentro de determinados programas ou jornais. A partir desse momento, esse novo formato, considerado mais popular, começa a influenciar outros meios de comunicação no Brasil. Esses veículos passam a adaptar sua linguagem e a seleção de notícias nos telejornais, adotando uma abordagem narrativa para explorar as ocorrências policiais e os desafios sociais da época. Com isso, tal forma passa a ser uma tendência do jornalismo policial na televisão, apontam Borelli e Priolli (2000).



Como consequência, os demais telejornais remodelaram-se, aumentando a quantidade de matérias policiais, ampliando o espaço de entradas ao vivo sobre as editadas e buscando uma linguagem menos formal. Aliás, uma das marcas de todos esses programas popularescos é a descontração [...] (Borelli e Priolli, 2000, p. 119-120).

Neste cenário, a implementação desta forma de descrever narrativas de violência sociais se espalhou na imprensa brasileira. De acordo com Alsina (2009), “os delitos, os acidentes e as catástrofes passam a receber uma atenção importante por parte dos meios de comunicação” (2009, p.174). A mudança tinha como principal objetivo atender ao novo gosto do público – que vinha mudando gradativamente –, ou seja, a escolha do que se tornaria notícia buscava explorar o inusitado, os aspectos sensacionalistas e espetaculares que circulavam no mundo. Além disso, visa atrair o público de classes sociais mais populares e se desvia dos formatos jornalísticos convencionais. Ela se concentra em histórias e pessoas comuns, enfatiza a cobertura da criminalidade e explora aspectos íntimos da vida de indivíduos reais. Outra característica desse tipo de fazer jornalístico, além da estética mais popular, é o tom dos apresentadores dos telejornais da época. Ao contrário do jornalismo considerado tradicional, que adotavam um tom sério ao anunciar as notícias, os programas policiais agora contavam com apresentadores performáticos, com uma oratória e eloquência que antes não era observada na imprensa brasileira.

A partir daí, a semente de um jornalismo sensacionalista começou a ser observada na produção de narrativas na imprensa. Para definir sensacionalismo Angrimani (1995) o conceitua como sendo a “divulgação e exploração, em tom espalhafatoso, de matéria capaz de emocionar ou escandalizar” (p. 13). O autor também elenca que sensacionalismo pode ser confundido com qualificativos editoriais “como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo” (Angrimani, 1995, p. 14).

Outro autor que trata sobre o conceito e a ascensão do jornalismo sensacionalista no Brasil é Filho (1989). Ele busca definir a prática como o grau mais radical da mercantilização da informação, porque os jornais sensacionalistas têm um discurso sedutor, quase como um apelo emocional e, ainda, utilizam um tom escandaloso e espalhafatoso mesmo quando a notícia não é necessariamente “sensacionalista”. Deste modo, os grandes meios de comunicação fingem informar, mas, na verdade, o seu objetivo é desinformar o indivíduo acerca da realidade. Assim, por meio deste método, a mídia consegue atrair a atenção do público, os mantendo emocionalmente envolvidos com os acontecimentos e, ao

mesmo tempo, acríticos às suas causas ou razões. O sensacionalismo está presente, principalmente, no exagero do fato, na fuga do real e na falta de relação entre a notícia e o factual.

Assim, para chamar mais atenção do público nas notícias, o recurso sensacionalista começa a aparecer de maneira escancarada nas narrativas, de forma que o que interessa é a sensacionalização dos fatos sociais. Apesar de estar presente no telejornalismo brasileiro no final da década de 1990, Angrimani (1995) destaca que o termo já existe na imprensa praticamente desde os seus primórdios, inclusive muito antes da explosão do jornalismo policial como um segmento da mídia. O autor afirma que a notícia datada como sensacionalista pode ser observada na França no início do século XIX, nos jornais populares de apenas uma página chamados de “canards”. Segundo Angrimani, os “canards” mais procurados “eram os que relatavam crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados” (Angrimani, 1995, p.19).

Com a evolução da imprensa mundial, a prática sensacionalista recebeu diversas definições. Uma das abordagens que mais ganhou destaque é a transformação da notícia em espetáculo, devido ao seu caráter mercadológico. Silveira (2018) relata que o propósito da notícia sensacionalista é de chamar a atenção e, assim, aumentar a audiência e a circulação da notícia, transformando o jornalismo em uma mercadoria, não prezando pela ética e pelos princípios básicos da atividade jornalística. Isso é explicado por Ciro Marcondes Filho (1989), que discorre sobre como o sensacionalismo se tornou um produto mercadológico para sensibilizar questões sociais, muitas vezes distorcidas, removidas de seu contexto ideológico e causal, e colocadas no âmbito da punição, do julgamento, da simplificação dos fenômenos sociais e de sua complexidade. Assim, este tipo de notícia, antes de informar, provoca uma certa insatisfação ao leitor.

No entanto, de acordo com Costa (2002), isso é inescapável da essência da produção jornalística, “que deve organizar, sintetizar, dispor os acontecimentos como choques de estranhamento, cada vez mais espetaculares” (Costa, 2002, p. 153), e que sempre esteve interligada com o capitalismo, como corrobora Amaral (2005). Para a autora, não é possível definir o sensacionalismo de forma simplista porque os meios de comunicação de massa e os jornais populares não funcionam nos mesmos padrões, porque respondem a mercados diferentes. Isso porque as demandas de ambos não são “variáveis independentes”, mas emergem de uma série de condições sociais e históricas que influenciam tanto a produção

das mercadorias, quanto a formação de seus consumidores. Ainda, Amaral (2005) evidencia que a associação do conteúdo sensacionalista nos veículos populares como degradantes é equivocada. Nesse sentido, mesmo sendo crucial adotar uma postura crítica em relação ao jornalismo produzido, também é fundamental compreender que eles não se limitam a uma conexão superficial com o mundo do público; “pelo contrário, empregam estratégias históricas para se aproximar do “mundo da vida”, em contraste com os jornais de referência que abordam a ‘vida do mundo’” (Amaral, 2005, p. 4).

Mesmo assim, na maioria das vezes, a imprensa sensacionalista tende a destacar de maneira exagerada eventos individuais, reforçando uma visão simplista da vida social como um conjunto de eventos desconexos, por exemplo. Também se utiliza de normas e desvios como critérios éticos e categoriza a análise em termos de ordem *versus* perturbação. No entanto, é crucial enfatizar que ética e responsabilidade social são fundamentais para o desenvolvimento de um jornalismo popular de qualidade que “aperfeiçoe suas técnicas de comunicação com o leitor sem ficar refém dos requisitos do mercado” (Amaral, 2006, p. 12). Sobre isso, a autora enfatiza que

O jornalismo praticado no segmento popular da grande imprensa subverte essa lógica de priorizar o “interesse público”. Baseia-se no entretenimento e não na informação, mistura gêneros, utiliza fontes populares e muitas vezes trata a informação de um ponto de vista tão particular e individual que, mesmo dizendo respeito a grande parte da sociedade, sua relevância se evapora. Muitas vezes, o interesse do público suplanta o interesse público não em função da temática da notícia, mas pela forma como ela é editada, com base na individualização do problema, o que dá a sensação de não realização de jornalismo (Amaral, 2006, p. 52)

Assim, é possível afirmar que a síntese do sensacionalismo na produção de notícias acontece como uma dicotomia: de um lado, está a seriedade nas construções informativas e, do outro, o sensacionalismo como uma abordagem que constroi a linguagem jornalística visando atrair mais leitores para garantir a viabilidade econômica dos meios de comunicação.

Nesse sentido, o produto da prática sensacionalista adquiriu um poderoso valor-notícia no processo de produção das narrativas. Temas trágicos, como morte e tragédias, que já eram tratados com mais atenção antes, agora ganham ainda mais notoriedade na imprensa. Azevedo e Schaun (2016) argumentam que a imprensa sensacionalista concilia dois valores aparentemente inconciliáveis: notícias importantes e notícias interessantes, ao fundir informação com entretenimento. Tais cenários são

apresentados junto a diálogos superficiais e exagerados, visando apenas atrair o público, sem proporcionar um debate mais aprofundado sobre o tema ou contribuições significativas para a sociedade. Com isso, a repetição contínua desse discurso e linguagem acaba por deslocar os eventos de seus contextos reais, transformando-os em uma espécie de simulacro, uma representação teatral ou imitação da realidade.

Essa construção de representações sociais através das notícias formam esse conjunto de compreensão social majoritária sobre a realidade e sobre o outro que se constituem na formação de uma opinião pública. Normalmente, esse tipo de construção pode ser facilmente encontrada no jornalismo policial, na cobertura de casos de violência. Segundo Pérez Arce (2019), a imprensa sensacionalista latino-americana está bastante relacionada aos diversos processos de marginalização das classes populares destes países. Dessa forma, desde a definição dos critérios para o que constitui uma notícia, a moralidade exerce influência sobre as escolhas feitas na produção das narrativas. Isso cria uma forma de educação moral na qual o comportamento e as escolhas de outras pessoas, especialmente as mais vulneráveis, são avaliados e confrontados com uma “verdade moral”. Além disso, a construção linguística e do discurso de ódio da prática sensacionalista também se configura em diversas escolhas, desde as palavras até as representações de tal fato. Sobre isso, Muniz Sodré (1992) destaca que este verbalismo utilizado se construiu na cultura nacional, especialmente entre as classes menos privilegiadas, em que o letramento, historicamente, se deu de maneira tardia. O autor enfatiza que isso favoreceu para a explosão de discursos exacerbados nos jornalismo considerados mais “populares”, que não seguiam o padrão dos jornais brasileiros vistos como referência.

Midzuno e Aparício (2021) discorrem acerca da influência do poder midiático em construir subjetivamente, por meio de um discurso ideológico construído historicamente, o sujeito negro e periférico de forma marginalizada. Ou seja, elas refletem “de que forma trabalha o discurso midiático, independentemente de fatores secundários, na construção subjetiva da imagem do sujeito negro e periférico na sociedade brasileira” (Midzuno e Aparício, 2021, p. 168). As autoras dialogam ainda com Michel Foucault (1926-1984) sobre o processo de midiatização social, isto é, em como os meios midiáticos produzem e reproduzem sentidos, mediante disputas sociais em campos ideológicos. Dito isso, os meios de comunicação funcionam como um dispositivo que produz e reproduz enquadramentos. As notícias transmitidas pelos meios de comunicação de massa desempenham um papel

central no processo de midiática social. Com frequência, indivíduos negros e majoritariamente pobres são rotulados como "traficantes", "bandidos" ou "assaltantes", suprimindo qualquer outro aspecto de suas identidades e enquadrando seus corpos dentro do discurso do indivíduo marginalizado. O processo discriminatório de marginalização torna-se evidente quando se observa que indivíduos brancos de classe média, ao cometerem os mesmos crimes – muitas vezes com circunstâncias agravantes – são descritos por sua profissão; antes de serem chamados de “assaltantes” ou “bandidos”, por exemplo, os indivíduos brancos são identificados como “estudantes” ou “jovens”.

Com isso, ocorre o que as autoras chamam de manipulação midiática, que nada mais é do que os meios de comunicação sobreviverem por meio de sensacionalismos, manipulações de opinião por meio da dramatização e teatralização de fatos. Segundo elas, “o sensacionalismo oferece às mídias toda a estrutura de um espetáculo para a elaboração e veiculação de notícias: onde há um cenário, diretores e, principalmente, protagonistas” (Midzuno e Aparício, 2021, p. 173).

Apesar dos estudos sobre as nomenclaturas sensacionalistas serem relativamente novos, esta estereotipação e marginalização de corpos negros, acontece, principalmente, desde a abolição da escravatura. Logo, com o avanço da imprensa brasileira e seu papel de relatar e informar sobre condutas ilícitas na sociedade contemporânea, os meios de comunicação frequentemente passaram a apresentar notícias de violência, contribuindo para a percepção de um aumento do descontrole social entre os seus públicos.

Sendo assim, percebe-se que é histórica a forma como a mídia hegemônica utiliza desse discurso para usufruir do seu poder de manipulação e, com isso, favorecer a construção de uma realidade mais violenta e sensacionalista. Isso faz com que uma parcela específica – de indivíduos negros e periféricos – apareça praticamente todo o tempo como inimiga da sociedade. Midzuno e Aparício (2021) chamam esse fenômeno de “criminologia midiática”.

A criminologia midiática cria uma realidade de um mundo de pessoas decentes frente a uma massa criminosa, identificada por meio de estereótipos que configuram um eles separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e males. [...] Os outros tipos de delinquentes são apresentados de modo diferente porque não mostram que qualquer estereotipado fará uma atrocidade semelhante. Para espalhar o medo, nada melhor do que apresentar os estereotipados como os únicos responsáveis pelos temores existentes (Midzuno e Aparício, 2021, p. 174)

Considerando o conceito e os elementos do modo de praticar o jornalismo policial apresentado anteriormente, é possível afirmar que ele está intrinsecamente ligado ao sensacionalismo. Isso porque a narrativa dramática incentiva um conflito coletivo que amplifica sentimentos de hostilidade em um modelo de divisão criado e caracterizado entre dois lados: o “nós” e o “eles”. O grupo identificado como “nós” é construído em parceria com as forças policiais, que são enaltecidas com uma imagem heroica, enquanto o grupo “eles” é caracterizado pela desumanização de corpos, especialmente os negros e marginalizados.

#### 4. O caso Rafael Braga

O nome de Rafael Braga surgiu em meados de 2013, durante a explosão das manifestações conhecidas como Jornadas de Junho. Na época, os atos aconteceram inicialmente em virtude da insatisfação com o aumento da tarifa dos transportes públicos. A partir do dia 20 de junho, a história do homem que ficou conhecido popularmente como “catador de latinhas” ou “o portador de Pinho Sol”, foi permeada por violência e opressão do próprio Estado. No dia de sua prisão, estima-se que mais de 300 mil pessoas foram às ruas e houve um grande número de policiais para tentar barrar os manifestantes, o que acarretou em diversos enfrentamentos entre eles. No entanto, apenas uma pessoa foi detida, processada e condenada. Rafael Braga, um jovem negro, com 25 anos na época, filho de Adriana Oliveira Braga e Reginaldo Pião Vieira, o mais velho entre os cinco irmãos e catador de material reciclável.

Nascido no Complexo da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, em 1988, o jovem foi com apenas um ano de idade para Aracaju, onde morou durante vinte anos com sua mãe e irmãos. Já aos oito anos, Rafael começou a trabalhar como engraxate para ajudar em casa. A condição de vulnerabilidade da família os trouxe de volta à comunidade de origem, na Vila Cruzeiro, Rio de Janeiro, cidade onde ele passou a percorrer a região central coletando materiais recicláveis e garimpando coisas usadas descartadas pelos demais. (CAMPANHA PELA LIBERDADE DE RAFAEL BRAGA, 2017)<sup>2</sup>.

Ocasionalmente, durante a semana, Rafael Braga dormia em diferentes lugares, por não ter dinheiro para voltar para casa. O jovem nem sabia sobre as manifestações que ocorriam naquele dia 20 de junho de 2013, estava apenas no lugar errado, no momento errado. O jovem circulava nas proximidades dos atos portando um desinfetante Pinho Sol e uma água sanitária, que a Polícia Militar carioca alegou se tratar de material explosivo. Isso foi o suficiente para que Braga fosse levado por eles e condenado a cinco anos de prisão em regime fechado. No seu depoimento à época, o próprio jovem descreve a maneira que foi abordado pelos policiais no dia 20 de junho de 2013:

“Um PM me chamou: ‘vem cá, moleque! Vem cá, neguinho!’ Neguinho não era como as pessoas falam da minha comunidade, mas do jeito deles. Deu racismo,

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/2017/08/30/nota-da-campanha-a-audiencia-publica-da-omissao-de-direitos-humanos-e-minorias-da-camara-dos-deputados-sobre-o-caso-rafael-braga/>.

Acesso em: 17 de julho 2024.

mas ele era polícia. Eu fui e ele ficou dizendo, ‘fala a verdade, tu tá quebrando tudo, tá roubando’”. (Braga, 2013)<sup>3</sup>

Neste dia, o jovem foi conduzido à Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, onde foi autuado por portar um artefato semelhante ao coquetel molotov e, depois disso, ficou detido por cinco meses no Complexo Penitenciário de Japeri aguardando julgamento. Assim, a defesa de Rafael foi assumida pelo Instituto dos Defensores de Direitos Humanos, o DDH. Em dezembro de 2013, Braga foi condenado a quatro anos e oito meses de prisão por carregar produtos de limpeza com ínfima possibilidade de funcionar como coquetel molotov. (CAMPANHA PELA LIBERDADE DE RAFAEL BRAGA, 2017)<sup>4</sup>.

Após ser condenado, Rafael Braga cedeu entrevista para o jornal Estado de São Paulo e afirmou: “Não estava quebrando nada. Não estava tocando fogo em nada.” Quando foi chamado pelos policiais, Rafael contou que foi “preso, espancado e levado para a delegacia.” A condenação de Rafael Braga chama atenção por ter sido a única dos protestos em 2013. A origem pobre e a baixa escolaridade do rapaz são características marcantes nesse processo, o que talvez explique a firmeza da lei perante o seu julgamento.

Um ano depois, em 2014, se formou o movimento Campanha pela Liberdade a Rafael Braga. A repercussão do caso incentivou que coletivos, ativistas sociais e militantes se solidarizassem com a história do jovem. A campanha gerou diversas manifestações para incentivar a soltura de Rafael e ganhou espaço até mesmo em âmbito internacional, alcançando outros países além do Brasil. O nome do catador integrou uma manifestação encaminhada pela organização não governamental Justiça Global à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e as denúncias feitas pelo Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (DDH) foram encaminhadas para os organismos internacionais de direitos humanos na Organização das Nações Unidas. Em entrevista à jornalista Juliana Passos, da Revista Piauí, em 2017, Adriana Braga, mãe de Rafael, conta que só soube da sua condenação seis meses depois. Segundo ela, o apoio do DDH foi fundamental para que não

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/2017/08/30/nota-da-campanha-a-audiencia-publica-da-comissao-de-direitos-humanos-e-minorias-da-camara-dos-deputados-sobre-o-caso-rafael-braga/>>

Acesso em: 17 de julho de 2024.

<sup>4</sup> Disponível em:

<<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/2017/08/30/nota-da-campanha-a-audiencia-publica-da-comissao-de-direitos-humanos-e-minorias-da-camara-dos-deputados-sobre-o-caso-rafael-braga/>>

Acesso em: 17 de julho de 2024.



faltasse nada à família e que eles “são como uma família, estão sempre muito preocupados comigo” (Passos, 2017)<sup>5</sup>.

Em razão das diversas campanhas pedindo sua liberdade, Rafael Braga progrediu para o regime semiaberto, com o uso de tornozeleira eletrônica. No entanto, em 2016, foi acusado de tráfico e associação ao tráfico de drogas, quando policiais o abordaram na favela, a caminho da padaria onde compraria pães para a família. Novamente, Rafael foi ameaçado pelos policiais, que o amedrontaram ao afirmarem que iriam “jogar arma e droga” na “conta” de Rafael, caso ele não delatasse traficantes da região. Durante a abordagem, surgiu uma sacolinha azul contendo 9,3 g de cocaína, 0,6 g de maconha e um morteiro, fazendo com que o jovem fosse preso mais uma vez e condenado a 11 anos de prisão. Na época, ele afirmou que as acusações foram forjadas pelos policiais da UPP Vila Cruzeiro que o abordaram e, posteriormente, testemunhas também confirmaram a afirmação de Braga. De acordo com os dois policiais que participaram da prisão, Rafael “estava em um local de ponto de venda de drogas e teria tentado se desvencilhar de uma sacola que conteria drogas ao perceber a chegada dos agentes” (Portal G1 Rio, 2017)<sup>6</sup>.

Os depoimentos dos policiais militares envolvidos na abordagem de Braga, feitos na delegacia no dia da prisão, foram contraditórios. Apesar disso, o juiz responsável pela audiência levou o caso para o Ministério Público para aguardar as alegações finais da defesa e acusação. Depois de um ano detido em prisão provisória, Rafael foi condenado a 11 anos de prisão e encaminhado para o Complexo Penal de Bangu. O magistrado responsável pelo caso se baseou apenas no depoimento dos policiais que prenderam Rafael para a decisão final da condenação.

No dia 15 de setembro de 2017, Rafael deixou o Sanatório Penal, próximo a Bangu 2, na zona oeste do Rio de Janeiro, para tratar de uma tuberculose que havia contraído na prisão. A prisão domiciliar, porém, não autorizava o jovem sair de casa a não ser para consultas médicas. Ainda, em dezembro do mesmo ano, o TJRJ manteve a condenação de Braga, e o recurso de apelação para revogar a sentença que o condenou a 11 anos e três meses foi negado.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/uma-mae-a-espera/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ex-morador-de-rua-presos-em-protesto-de-2013-e-condenado-a-11-anos-de-prisao-por-trafico.ghtml>>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

Já em 2018, a defesa de Braga conseguiu que ele fosse absolvido do crime de associação ao tráfico de drogas, o que diminuiu sua pena para 6 anos de prisão. Atualmente, Rafael continua em prisão domiciliar e cumpre a pena ao lado de sua família. Restam ainda dois anos e meio de pena a cumprir, período do qual é obrigado a comparecer em juízo, a cada três meses.

## 5. Percurso metodológico

### 5.1 O jornal Folha de São Paulo

Optamos pelo jornal Folha de São Paulo principalmente por ser um dos veículos mais tradicionais e de referência do país. Tanto na versão impressa quanto na online, a Folha tem grande relevância na história do jornalismo brasileiro. De acordo com Reginato (2019), são considerados de referência aqueles jornais que possuem “tradição no mercado, circulam em todo território nacional e têm repercussão como fontes de informação para veículos de menor porte” (p. 129). O veículo também atende a outros critérios que corroboram a classificação do mesmo dessa forma, ao pautar assuntos presentes no debate público, além de influenciar diretamente nas decisões e opiniões do público por pautar assuntos que reverberam em diferentes âmbitos na sociedade brasileira.

Fundado em 1921, o Grupo Folha é um dos maiores e mais influentes conglomerados de mídia do Brasil. Atualmente, controla o jornal de maior circulação e influência (Folha de São Paulo), a maior empresa brasileira de conteúdo e serviços online (UOL), o site noticioso de jornal com mais audiência (Folha.com) e a maior gráfica comercial do Brasil (Plural), além de outros negócios. O periódico começou a circular primeiro com o nome de Folha da Noite, fundado por Olival Costa e Pedro Cunha. Na época, era um jornal vespertino projetado para atrair leitores das classes médias urbanas e dos trabalhadores. Quatro anos depois, em julho de 1925, foi criada a Folha da Manhã, edição matutina da Folha da Noite. A partir daí, o jornal declarou-se abertamente como “um produto” sujeito às leis do mercado, que valoriza a modernização e o profissionalismo.<sup>7</sup> Somente em 1º de janeiro de 1960 os três títulos da empresa se uniram e surgiu o jornal Folha de São Paulo, ainda circulando inicialmente em três edições diárias correspondentes às antigas Folhas. A partir disso, o veículo declara fazer um jornalismo moderno, crítico, analítico, especializado, de serviço, plural e apartidário. Os critérios para a escolha das notícias seriam o ineditismo, a improbabilidade, o interesse, o apelo e a empatia (Folha de São Paulo, 2011).

A Folha de São Paulo também contribuiu para implementações nos meios de comunicação brasileiros. Foi a primeira redação informatizada na América do Sul, com a

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/conduta.shtml>>.

Acesso em 27 de julho de 2024.

instalação de terminais de computador, o que fez com que o jornal passasse a economizar 40 minutos no processo de produção. A modernização da empresa se deu principalmente a partir da determinação de um tipo de leitor, ou seja, para quem as notícias seriam destinadas. Logo, a mensagem que o jornal pretende passar, depende de uma compreensão prévia do consumidor típico da Folha de São Paulo, que precisa ser assimilada por seus repórteres e redatores. Neste cenário, esclarecer esse aspecto faz parte do treinamento de trabalho da redação. O trabalho de João Batista Torres (1994) corrobora tal afirmação, já que busca analisar a construção da notícia a partir de sua experiência etnográfica como repórter do caderno SP-Nordeste, de Ribeirão Preto, editado pelo jornal Folha de São Paulo. Torres (1994), afirma que a Folha de São Paulo se destinava quase que exclusivamente ao público-leitor paulistano.

[...] o que me deixou bastante perplexo, pois contava que o horizonte do jornal alcançaria centros mais distantes como tática de atração de consumo. Além de paulistano, a composição do conjunto de seus leitores privilegiava os estratos sociais mais altos, os profissionais liberais, estudantes universitários, e intelectuais; classes médias urbanas (Torres, 1994, p.32).

Portanto, a Folha se empenhou em desenvolver um padrão de jornal liberal, burguês e preocupado com os direitos dos cidadãos, mais específico ao cidadão-leitor. Na visão de seus estrategistas, o veículo deveria adotar essas posições para estar em sintonia com os desejos de seus leitores. Uma posição mais doutrinária, que interferisse nos rumos dos acontecimentos, era o que o público esperava do jornal. Assim, a Folha cresceu no meio burguês paulista de maneira acelerada desde que surgiu com o nome que conhecemos hoje. Em junho de 1981, um documento de circulação interna surge como a primeira sistematização de um projeto editorial do jornal, que posteriormente se tornaria referência no país. O texto fixava três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões. O famoso Manual de Redação foi implementado em agosto de 1984, defendendo um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. A partir deste manual, o jornal passou a cumprir um formato de narrativa referenciando o gosto do leitor, o qual também relembra as atitudes do jornal a cada ato de compra. Desse modo, pode-se dizer que a Folha se dirige especificamente ao seu público-alvo, e não à população em geral.

Tal afirmação deixa evidente que os veículos de comunicação possuem um padrão próprio de apresentação e composição das matérias, principalmente aqueles voltados para a elite brasileira. Ao lado da delimitação dos consumidores do jornal, a Folha de São Paulo é um veículo de identidade e de produção próprias, que apresenta uma mensagem

particularmente identitária assim como o intuito do jornal. Ainda, apesar de ter um público-alvo bem especificado, o veículo tem grande alcance no meio digital e conta com uma audiência média de 28 milhões de visitantes no site e 200 milhões de páginas vistas por mês, de acordo com o site do jornal. O código de ética da Folha elenca como missão “produzir e organizar conteúdo jornalístico crítico, plural e apartidário”, atribuindo também o aprimoramento da democracia e a redução das desigualdades no Brasil dentro deste espectro.

## 5.2 O caso Rafael Braga na Folha de São Paulo

O ano de 2013 entrou para a história por conta da explosão de movimentos populares no Brasil. Mais de 500 cidades do país foram invadidas por protestos, principalmente porque, segundo um levantamento do Instituto DataFolha, divulgado no dia 29 de julho de 2013<sup>8</sup>, a ascensão da insatisfação popular contra o governo federal na época era significativa. Contudo, Rafael Braga foi o único que teve a história de vida completamente atravessada pelas manifestações sem mesmo saber do motivo delas estarem acontecendo. Assim, a história de Braga como o único preso nas manifestações repercutiu expressivamente e grande parte dos jornais brasileiros voltaram a atenção para noticiar o que pudessem sobre.

Desde então, a Folha de São Paulo publicou 28 matérias sobre o assunto. Entre 8 de novembro e 30 de dezembro de 2023, dez anos depois, foram 18 notícias e 10 colunas de opinião. Durante estes 10 anos do caso de Braga, a Folha foi um dos jornais brasileiros que mais veiculou as atualizações dos desfechos da história conforme apresentamos no quadro abaixo.

**Tabela 1 - Notícias publicadas ao longo dos 10 anos do caso Rafael Braga**

TEXTO	DATA	NOTÍCIA	AUTOR	TIPO DE TEXTO
T1	08/11/2013	Jovens fazem greve de fome pela liberação de manifestantes presos no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia

<sup>8</sup> Disponível em:

<<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rouseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>> Acesso em: 20 de julho de 2024.

T2	04/12/2013	Catador é o primeiro condenado após onda de manifestações	Ítalo Nogueira e Lucas Vettorazzo	Notícia
T3	05/12/2013	Chance de artefato de catador explodir é 'infima', diz laudo da polícia do Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T4	08/05/2014	Anistia lança campanha mundial contra repressão a protestos na Copa	Cristina Grillo	Notícia
T5	10/10/2013	Moinhos de gastar gente	Eduardo Baker	Opinião
T6	20/06/2014	Prisão de morador de rua durante protesto no Rio completa um ano	BBC Brasil	Notícia
T7	05/06/2014	Anistia entrega abaixo-assinado em defesa das manifestações na Copa	Cristina Grillo	Notícia
T8	26/08/2014	Primeiro condenado em protestos, catador tem pena reduzida no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T9	26/08/2014	1º condenado nas manifestações terá recurso julgado nesta terça no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T10	09/10/2014	Justiça dá direito de trabalho externo a catador preso em protesto no Rio	Agência Brasil	Notícia
T11	29/01/2015	Eles lutavam por todos nós	Gregorio Duvivier	Opinião
T12	03/02/2015	Presos políticos	Vladimir Safatle	Opinião
T13	02/12/2015	Primeiro condenado em manifestação de 2013 sai da prisão, no RJ	Ronald Lincon Jr.	Notícia
T14	07/09/2016	Sem incidentes, manifestantes protestam contra Michel Temer no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T15	20/06/2017	Mostra em SP une arte e justiça para debater condenação de catador de lixo	Fernanda Mena	Notícia
T16	05/08/2017	Rafael Braga é símbolo da repressão política e do racismo	Pablo Ortello	Opinião
T17	06/08/2017	Liberdade para Rafael Braga, jovem negro vítima de sistema penal desigual	Lira Neto	Opinião
T18	08/08/2017	Justiça nega liberdade a catador preso nas manifestações de junho de 2013	UOL	Notícia
T19	12/08/2017	Com show de Caetano, festival Coala é marcado por gritos de 'fora Temer'	Victoria Azevedo	Notícia
T20	04/09/2017	Isso sim é punitivismo	Alessandra Orofino	Opinião
T21	13/09/2017	STJ concede prisão domiciliar a catador preso em protestos de 2013	UOL	Notícia

T22	12/12/2017	Justiça mantém condenação de catador de latas preso em protesto no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T23	09/11/2019	DJ Rennan da Penha está ‘muito esperançoso’ com libertação de decisão de STF	Mônica Bergamo	Opinião
T24	11/11/2019	Trincheiras raciais	Thiago Amparo	Opinião
T25	31/10/2020	Em ascensão no Rio, Martha Rocha é alvo de ataques por caixa 2 e elo com bicheiros	Ana Luiza Albuquerque e Catia Seabra	Notícia
T26	12/06/2023	Processos na esteira de junho de 2013 tiveram provas ilegais, condenações e absolvições	Ítalo Nogueira	Notícia
T27	27/06/2023	No fundo, Rafael Braga pagou bem mais do que os R\$0,20	Veny Santos	Opinião
T28	30/12/2023	Juntos, sobrevivemos a um 2023 de agruras, com golpismo e deslizamentos	Veny Santos	Opinião

**Fonte:** elaborado pela autora

Portanto, em uma primeira leitura das notícias da Folha de São Paulo, estas são todas as matérias que mencionam Rafael Braga de alguma maneira em suas narrativas, que foram publicadas ao longo destes dez anos.

### 5.3 A análise de conteúdo como método

Nas pesquisas de análises jornalísticas, a Análise de Conteúdo (AC) é um método que busca, de maneira crítica, analisar dados coletados, seja de jornais, discursos políticos ou materiais publicitários. Assim, grande parte dos autores deste tema referem-se à AC como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha principalmente com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social Caregnato e Mutti (2006). Ou seja, apesar de ter ligação direta com a linguagem, o método fixa-se apenas no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste, como os sentidos empregados no discurso da narrativa. Com isso, é importante afirmarmos que o texto é um meio de expressão do sujeito, onde se busca categorizar as unidades que se repetem.

A AC trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação;

[...] espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem (Caregnato e Mutti, 2006, p. 683 e 684).

Laurence Bardin (2011) também corrobora isto apontando que a AC “é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (p. 15). Desse modo, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: “De que maneira a Folha de São Paulo retratou Rafael Braga nas suas notícias durante estes 10 anos?”. Assim, entre os objetivos específicos está verificar como o jornalismo tradicional desumaniza os jovens negros periféricos; olhar para as notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo a partir do debate do jornalismo humanizado; identificar a dinâmica das narrativas que tratam sobre a temática racial e refletir sobre como elas reforçam o estereótipo de pessoas negras na mídia brasileira.

Neste cenário, Bardin (2011) apresenta os três critérios principais do método: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na fase inicial, o material é organizado, compondo o corpus da pesquisa. Escolhem-se os documentos, formulam-se hipóteses que norteiam a interpretação final. Assim, a hipótese desta pesquisa é que a Folha de São Paulo foi neutra ao tratar o caso, nem humanizou e tampouco desumanizou Rafael Braga em suas narrativas. Logo após o contato inicial com os documentos, vem o que Bardin chama de “leitura flutuante” quando no estudo optamos por verificar de forma rápida todas as matérias que mencionavam Rafael Braga que foram publicadas pelo jornal durante o período compreendido, entre 2013 e 2023, em que são elaboradas as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Depois disso, foram selecionadas apenas as matérias que tratavam especificamente do caso. Segundo a autora, hipóteses são explicações antecipadas do fenômeno observado, ou seja, afirmações iniciais que podem ser comprovadas ou refutadas ao final da pesquisa apresentada. Depois disto, Bardin aponta que com a exploração do material vem o processo de codificação dos dados, ou o recorte que se dará na pesquisa. Para ela, uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase. Por fim, a última etapa da AC acontece a interpretação destes dados, ou seja, de uma análise reflexiva e crítica do conteúdo escolhido. Esta fase é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (Bardin, 2011, p. 41).



### 5.3.1 Notícias selecionadas e detalhamento do corpus

Ao longo dos 10 anos, optamos por escolher apenas as notícias que tratam diretamente do caso, deixando de lado aquelas que apenas usavam Braga como exemplo para outros assuntos e, também, as colunas de opinião. Assim, o corpus desta análise consiste em 12 notícias publicadas entre 8 de novembro de 2013 e 12 de junho de 2023.

**Tabela 2 - Lista de matérias analisadas na pesquisa**

T1	04/12/2013	Catador é o primeiro condenado após onda de manifestações	Ítalo Nogueira e Lucas Vettorazzo	Notícia
T2	05/12/2013	Chance de artefato de catador explodir é 'ínfima', diz laudo da polícia do Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T3	20/06/2014	Prisão de morador de rua durante protesto no Rio completa um ano	BBC Brasil	Notícia
T4	26/08/2014	Primeiro condenado em protestos, catador tem pena reduzida no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T5	26/08/2014	1º condenado nas manifestações terá recurso julgado nesta terça no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T6	09/10/2014	Justiça dá direito de trabalho externo a catador preso em protesto no Rio	Agência Brasil	Notícia
T7	02/12/2015	Primeiro condenado em manifestação de 2013 sai da prisão, no RJ	Ronald Lincoln Jr.	Notícia
T8	20/06/2017	Mostra em SP une arte e justiça para debater condenação de catador de lixo	Fernanda Mena	Notícia
T9	08/08/2017	Justiça nega liberdade a catador preso nas manifestações de junho de 2013	UOL	Notícia
T10	13/09/2017	STJ concede prisão domiciliar a catador preso em protestos de 2013	UOL	Notícia
T11	12/12/2017	Justiça mantém condenação de catador de latas preso em protesto no Rio	Lucas Vettorazzo	Notícia
T12	12/06/2023	Processos na esteira de junho de 2013 tiveram provas ilegais, condenações e absolvições	Ítalo Nogueira	Notícia

**Fonte:** elaborado pela autora

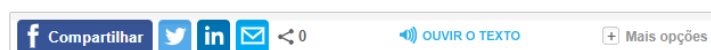
Cada notícia publicada, seguindo as orientações de Bardin (2011), será classificada como humanizada, neutra e desumanizada. As categorias foram escolhidas para conversar com os estudos de Ijuim (2002), acerca das possíveis habilidades dos jornalistas em buscar um protagonismo e particularidade humana, para fugir das amarras do fazer jornalístico hegemônico tradicional enraizado nos grandes veículos de comunicação brasileiros.

### Notícia 1: Catador é o primeiro condenado após onda de manifestações

## Catador é o primeiro condenado após onda de manifestações

ÍTALO NOGUEIRA  
LUCAS VETTORAZZO  
DO RIO

04/12/2013 @ 03h30



Um morador de rua é o primeiro condenado após participação em manifestação ocorrida no Rio neste ano --provavelmente, também o primeiro no país.

Acusado de porte de artefato explosivo, ele terá de cumprir cinco anos e dez meses de prisão em regime fechado, segundo decisão de primeira instância da Justiça estadual. Cabe recurso.

Rafael Braga Vieira, 26, foi detido em 20 de junho, dia da maior manifestação ocorrida na cidade, com participação de 300 mil pessoas, segundo especialistas da Coppe/UFRJ.

O protesto terminou com um rastro de destruição no centro. Naquele dia, cinco pessoas foram presas e três menores de idade foram apreendidos por policiais

PUBLICIDADE



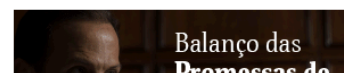
ALALAÔ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE AMARELA

Tire as dúvidas sobre formas de contaminação, principais sintomas e o processo de imunização



Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1380488-catador-e-o-primeiro-condenado-apos-onda-de-manifestacoes.shtml>

O início da repercussão do caso de Rafael Braga é despertado através desta notícia, uma das primeiras falando diretamente do assunto. Já no primeiro parágrafo da narrativa os jornalistas relatam que “um morador de rua é o primeiro condenado após participação em manifestação ocorrida no Rio neste ano - provavelmente, também o primeiro no país” (Nogueira e Vetorazzo, 2013). Apesar dos autores declararem que Braga é morador de rua, este fato foi desmentido pouco tempo depois, quando ele afirmou que na verdade era apenas catador de latinhas e recicláveis. Normalmente, Rafael saía de casa em busca de materiais, enquanto sua mãe e seu padrasto ficavam mais perto de casa, e poderia passar algumas noites na rua. Na região central do Rio, onde ocorreram grande parte das manifestações de

2013, Braga garimpava as ruas por dias, até acumular o suficiente para vender e poder voltar para casa com algum dinheiro para a família.

Desse modo, como evidencia Ijuim (2012), a imprensa brasileira está intrínseca às heranças conservadoras do século XIX, o que ocasiona os apegos dos jornalistas a um acontecimento ou fato. A maneira com que Braga é referenciado já na primeira notícia do caso pode ser estereotipada, ocasionar pré-julgamentos ou uma percepção negativa e desumanizada do público.




### Categoria: desumanizada da Folha de São Paulo


### Notícia 2: Chance de artefato de catador explodia é “ínfima”, diz laudo da polícia do Rio

#### Chance de artefato de catador explodir é 'ínfima', diz laudo da polícia do Rio

LUCAS VETORAZZO  
DO RIO

05/12/2013 @ 15h53

 Compartilhar
 




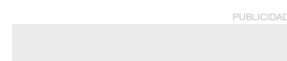
 Ouvir o texto
  Mais opções

O laudo técnico do Esquadrão Anti-bombas da Polícia Civil, parte do processo que terminou com a [condenação do morador de rua Rafael Braga Vieira](#) por posse de artefato explosivo, afirma que as duas garrafas encontradas com ele tinham "ínfima possibilidade de funcionar como coquetel molotov".

Os peritos afirmam, no entanto, que o álcool encontrado em uma das garrafas poderia ser usado como combustível em incêndios.

Catador de latinhas, Vieira foi condenado pela Justiça, em primeira instância, a cinco anos e dez meses em regime fechado. É o primeiro condenado após participação em manifestação no Rio neste ano. Cabe recurso.

De acordo com o laudo, em uma das garrafas encontradas com o morador de rua havia álcool; em outra, água sanitária --substância não inflamável, dizem



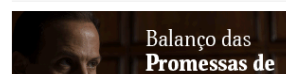
ALALAÔ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE AMARELA

Tire as dúvidas sobre formas de contaminação, principais sintomas e o processo de imunização



Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1381212-chance-de-artefato-de-catador-explodir-e-ínfima-diz-laudo-da-policia-do-rio.shtml/>

Na segunda notícia publicada na Folha de São Paulo sobre o caso, apenas um dia depois da primeira apresentada logo acima deste trabalho, o jornal segue referenciando Braga como morador de rua. Ou seja, a Folha não buscou se aprofundar em quem era o único jovem preso nas manifestações. Ao mesmo tempo que, no terceiro parágrafo, os

jornalistas se refiram a Braga como “catador de latinhas”, Vieira foi condenado pela Justiça, em primeira instância, a cinco anos e dez meses em regime fechado” (Vetorazzo, 2013).

Segundo Cremilda Medina (2008), a forma de produzir dos repórteres na imprensa hegemônica é moldada pelo veículo em que estão introduzidos. Neste cenário, a ausência de aprofundamento do jornalista para seguir na narrativa do caso pode continuar interferindo na percepção do leitor acerca da prisão e julgamento de Rafael Braga.

**Categoria: desumanizada da Folha de São Paulo**

### Notícia 3: Prisão de morador de rua durante protesto no Rio completa um ano

## Prisão de morador de rua durante protesto no Rio completa um ano

DA BBC BRASIL

20/06/2014 @ 21h14



Rafael Braga Vieira, 25, completa nesta sexta-feira (20) um ano de prisão. Até agora, ele é a única pessoa julgada e condenada por crime relacionado a protestos no Brasil. Vieira é negro, morava na rua e usava crack.

Sua detenção ocorreu após a manifestação do dia 20 de junho de 2013, quando milhares de pessoas tomaram o centro do Rio de Janeiro no embalo dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus.

Ele levava consigo duas garrafas de produtos de limpeza –água sanitária e desinfetante Pinho Sol– consideradas “artefato explosivo ou incendiário” pela polícia e pelo juiz responsável pelo caso.

Ele afirma que não participava do protesto e não tinha relação com os manifestantes.

### leia também

Relatório entregue à Fifa adverte para risco de mais violência em protestos

Banco de dados digital cataloga vídeos de violência policial em protestos

Copa agrava falta de moradias em Brasília, dizem sem-teto



### siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/bbc/2014/06/1473843-prisao-de-morador-de-rua-durante-protesto-no-rio-compl-eta-um-ano.shtml>

Um ano depois da prisão de Rafael Braga, a Folha reproduz uma matéria original da BBC para retomar o caso. A narrativa segue o mesmo padrão utilizado pelo jornal para retratar Braga, desta vez ainda, acrescentando que o jovem “morava na rua e usava crack” logo no início do texto. Além disso, a notícia relembra as atualizações do caso, trazendo o depoimento dele para a polícia, a abordagem dos PMs, o desdobramento do seu julgamento e relatos de advogados. O conteúdo também conta a trajetória de Braga como o único preso dos protestos de junho de 2013.

Ainda, no final, a matéria passa a falar de campanhas criadas para tratar do caso e os advogados responsáveis por elas. Neste caso, como aponta Ijuim (2012), apesar da notícia trazer no seu último parágrafo atualizações do que pode ser feito por Braga no sentido jurídico, pode-se inferir que o veículo optou por se referir ao jovem de maneira desumanizada no início porque o um público-leitor do jornal pensa desta forma. Ao mesmo tempo, a narrativa busca trazer outros lados, mesmo que sem muito aprofundamento.



**Categoria: neutra da Folha de São Paulo**

#### Notícia 4: Primeiro condenado em protestos, catador tem pena reduzida no Rio

### Primeiro condenado em protestos, catador tem pena reduzida no Rio

LUCAS VETTORAZZO  
DO RIO

26/08/2014 @ 16h34 - Atualizado às 18h47

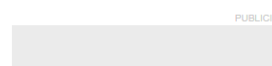
f Compartilhar    < 0  OUVIR O TEXTO  Mais opções

A primeira pessoa que foi condenada após participação das manifestações que tomaram as ruas do país desde junho de 2013 teve sua pena diminuída em quatro meses na tarde desta terça-feira (26) pela Justiça do Rio.

O catador de latinhas e morador de rua Rafael Braga Vieira, 26, foi detido em 22 de junho próximo de onde ocorria a chamada "marcha do um milhão", na avenida Presidente Vargas, sob suspeita de carregar dois coquetéis molotovs.

Em dezembro passado, a Justiça o condenou em primeira instância a cinco anos em regime fechado por posse de explosivo, ainda que um laudo da Polícia Civil tenha concluído que o material apreendido tinha "ínfima possibilidade" de funcionar como coquetel molotov.

A defesa de Vieira, que está sendo feita pelo DDH (Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos), pediu em segunda instância a anulação da pena com



#### leia também

**Duas pessoas morrem em tiroteios em comunidades pacificadas no Rio**

**Professor é condenado a 20 anos de prisão pela morte da mulher em SP**

**Em um ano, programa Lixo Zero já aplicou mais de 57 mil multas no Ri**



ALALAÔ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festa desfiles do Carnaval 2018, desde os preparati



Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1506123-primeiro-condenado-em-protestos-catador-tem-pena-reduzida-no-rio.shtml>

Na segunda matéria, que traz atualizações do caso, a Folha apresenta a nova pena de Braga concedida pela justiça. Como das outras vezes, a notícia também relembra a história e traz informações da vida de Rafael como catador de latinhas, além de trazer que ele havia sido a única pessoa presa nos protestos do Rio de Janeiro. O jornalista também descreve todo o processo e a nova pena de Braga.

Dito isso, segundo Ijuim (2002), quando o repórter se insere na notícia há chances maiores da narrativa ser mais humanizada. Isso pode ser observado nesta matéria, já que pela primeira vez, uma fala da mãe de Rafael é dada no final. Dessa forma, novamente, a Folha apresenta outros lados da história, inclusive trazendo familiares do jovem, algo inédito até então.








**Categoria: neutra da Folha de São Paulo.**

### Notícia 5: 1º condenado das manifestações terá recurso julgado nesta terça no Rio

## 1º condenado das manifestações terá recurso julgado nesta terça no Rio

LUCA S VETTORAZZO  
DO RIO

26/08/2014 @ 12h17

 Compartilhar
 



 OUVIR O TEXTO
  Mais opções

A primeira pessoa que foi condenada após participação das manifestações que tomaram as ruas do país desde junho de 2013 terá recurso julgado na tarde desta terça-feira (26) pela Justiça do Rio.

O catador de latinhas e morador de rua Rafael Braga Vieira, 26, foi detido em 22 de junho próximo de onde ocorria a chamada "marcha do um milhão", na avenida Presidente Vargas, sob suspeita de carregar dois coquetéis molotovs.

Em dezembro passado, a Justiça o condenou em primeira instância a cinco anos e dez meses em regime fechado por posse de explosivo, ainda que um laudo da Polícia Civil tenha concluído que o material apreendido tinha "ínfima possibilidade" de funcionar como coquetel molotov.



#### leia também

**Duas pessoas morrem em tiroteios em comunidades pacificadas no Rio**



ALALAÔ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festa: desfiles do Carnaval 2018, desde os preparatv



Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1506003-1-condenado-das-manifestacoes-tera-recurso-julga-do-nesta-terca-no-rio.shtml>

Como na matéria anterior analisada aqui a Folha traz atualizações do caso de Braga, detalhando as diferentes instâncias do seu julgamento. Na matéria, o jornalista relata o recurso apresentado pelo advogado de Rafael, além de alegações da defesa. Também traz o laudo feito pelo Esquadrão Antibomba da Polícia Civil feito na época, em que fica constatado que o material portado por Braga tem chances ínfimas de explosão.

Neste cenário, segundo Ijuim (2002), o compromisso com o repórter perante o que acontece no mundo é primordial para que a narrativa vá além da visão técnica. Assim, a

notícia procura trazer de maneira didática a explicação da Polícia Civil sobre o caso, além de não deixar de lado as manifestações em prol do jovem organizadas realizadas à época.

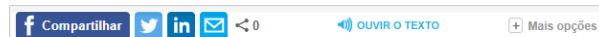
**Categoria: neutra da Folha de São Paulo**

## Notícia 6: Justiça dá direito de trabalho externo a catador preso em protesto no Rio

### Justiça dá direito de trabalho externo a catador preso em protesto no Rio

DA AGÊNCIA BRASIL

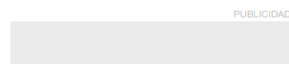
09/10/2014 @ 23h28



A juíza Ana Paula Filgueiras Massa Ramos, da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Rio, concedeu nesta quinta-feira (9) o benefício de trabalho externo ao catador Rafael Braga Vieira, preso no dia 21 de junho de 2013, durante uma manifestação na avenida Presidente Vargas, centro da capital fluminense, que reuniu mais de 300 mil pessoas.

A juíza considerou em sua decisão que, embora Vieira tenha sido condenado a cinco anos de prisão por porte de material inflamável, ele apresenta requisitos legais –como ficha disciplinar boa e relatório social, que justificam a obtenção do benefício.

O catador de 26 anos vai trabalhar de segunda a sexta-feira, em horário integral, no escritório do advogado João Tancredo, como auxiliar de serviços gerais. João Tancredo disse que a questão principal é que "se alguém não der a ele essa possibilidade, acabará retornando para as ruas quando for solto,



#### leia também

**Justiça absolve manifestantes acusados de porte de explosivos em SP**



ALALAÔ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE AMARELA

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1530220-justica-da-direito-de-trabalho-externo-a-catador-priso-em-protesto-no-rio.shtml>

Em outubro de 2014, Rafael Braga voltou a ser notícia na Folha de São Paulo com mais uma atualização sobre sua história, desta vez com uma reprodução da Agência Brasil. A narrativa não é muito diferente das que vinham sendo feitas para retratar o caso. Isso porque, segue sem dizer o nome de Rafael no título ou na linha de apoio, uma repetição que pôde ser observada também nas outras matérias, já que a maior parte delas chama Braga de “catador de latinhas”, “morador de rua” ou “condenado”.

Como aponta Traquina (2005), o jornalismo tem um dever primordial com a democracia e pode perpetuar visões dominantes. Dessa forma, a matéria expõe que a justiça concedeu o direito de trabalho externo à Braga com a condição dele voltar à prisão na parte da noite, durante uma manifestação no Rio de Janeiro que reuniu mais de 300 mil pessoas.



Ainda, a notícia também conversou com o advogado responsável pelo escritório que Rafael iria trabalhar para trazer exemplos de outros jovens que seguiram o mesmo caminho. Nesse sentido, a narrativa traz outros lados do fato para exemplificar a história de outros jovens negros no Brasil que ganharam a mesma oportunidade de Braga.

**Categoria: neutra da Folha de São Paulo**

### Notícia 7: Primeiro condenado em manifestações de 2012 sai da prisão, no RJ

#### Primeiro condenado em manifestações de 2013 sai da prisão, no RJ

RONALD LINCOLN JR.  
DO RIO

02/12/2015 @ 23h21

Compartilhar Ouvir o texto Mais opções

O ex-catador de material recicláveis Rafael Braga Vieira deixou o presídio Edgar da Costa, em Niterói, região Metropolitana do Rio, na terça-feira (1º) após receber o benefício de progressão de pena do regime semi-aberto para aberto.

Vieira foi preso durante as manifestações de junho de 2013, e se tornou o primeiro condenado por atos cometidos durante os protestos. Segundo a Justiça, ele portava duas garrafas com material inflamável durante um protesto no centro do Rio. Sua pena foi de cinco anos.

Um laudo da Polícia Civil, no entanto, apontava que o material apreendido tinha possibilidade "ínfima" de funcionar como explosivo.

Antes do novo benefício, Vieira tinha permissão para trabalhar fora, mas

PUBLICIDADE

#### leia também

Batalhão dos PMs que atiraram em 5 jovens é o que mais mata no Rio

No Rio, número de casos de microcefalia está acima da média

Carteiro adota menor que roubou seu celular no centro do Rio

Edição impressa



ALALAO

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714216-primeiro-condenado-em-manifestacoes-de-2013-sai-da-prisao.shtml>

Um ano depois, Braga volta a ser pauta na Folha devido à uma atualização relevante do caso. Depois de um ano de prisão ele foi autorizado a cumprir pena em casa, com o uso de tornozeleira eletrônica. Além disso, a notícia também relembra partes importantes do caso para compor a narrativa, como o laudo da Polícia Civil de que o material carregado não era inflamável e uma fala da defesa de Braga.

De acordo com Bonini (2022), as empresas jornalísticas hegemônicas apresentam os fatos de maneira neutra para não precisarem tomar partida perante determinado acontecimento. Tal afirmação é identificada nesta narrativa porque, embora seja uma atualização importante da história de Braga, o jornalista não se preocupa em ver o lado do indivíduo mais atingido pelo caso. Em nenhum parágrafo da matéria é apresentado uma fala



de Braga acerca de sua saída da prisão ou de como foi para ele o período de um ano em trabalho externo.




**Categoria: neutra da Folha de São Paulo.**

## Notícia 8: Mostra em SP une arte e justiça para debater condenação de catador de lixo

### Mostra em SP une arte e justiça para debater condenação de catador de lixo

FERNANDA MENA  
DE SÃO PAULO

20/06/2017 02h05


 OUVIR O TEXTO
  Mais opções

Da aproximação entre um curador e um grupo de criminalistas nasceu a mostra "Osso: Exposição-apelo ao amplo direito de defesa de Rafael Braga", que abre na próxima terça (27), no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo.

Rafael Braga foi um dos poucos brasileiros presos e condenados no contexto das chamadas Jornadas de Junho de 2013, quando manifestações tomaram as ruas do país, primeiro contra o aumento da tarifa do transporte público, depois contra a corrupção e outras bandeiras.

Menos de um mês após obter progressão para o regime aberto com o uso de tornozeleira eletrônica, ele foi preso de novo e condenado, agora por tráfico de drogas, num julgamento contestado pelo acusado.

#### leia também

Brasileiros ocupam palácios em mostras paralelas à Bienal de Veneza

#### Edição impressa



OSCAR 2018

Confira página especial sobre a maior premiação do cinema



Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/06/1894260-mostra-em-sp-une-arte-e-justica-para-debater-condenacao-de-catador-de-lixo.shtml>

Depois de dois anos da liberação de Braga, seu nome volta a ser notícia na Folha de São Paulo. Talvez da maneira mais humanizada até aqui. A matéria traz a estreia da exposição intitulada “Osso: Exposição-apelo ao amplo direito de defesa de Rafael Braga”, uma mostra de cunho político que contou com a adesão de mais de 28 artistas. A exposição também contava com uma parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), um dos responsáveis pela defesa de Braga.

Conforme aponta Cremilda Medina (2003), é necessário romper com as normas tradicionais do fazer jornalístico para superar a superficialidade do fato. Desse modo, ao trazer falas dos curadores da exposição para relembrar o caso de Braga, além de relatar as atualizações da sua segunda prisão com novas falas de sua defesa, a Folha muda sua maneira tradicional de narrativa para algo mais humano e um pouco menos estereotipado.

**Categoria: humanizada da Folha de São Paulo**

## Notícia 9: Justiça nega liberdade a catador preso nas manifestações de junho de 2013

### Justiça nega liberdade a catador preso nas manifestações de junho de 2013

Kevin David/AT Press/Folhapress



Manifestantes pedem liberdade ao catador de recicláveis Rafael Braga, na av. Paulista (SP), em abril

PUBLICIDADE

#### leia também

Prédio é questionado por 'chuveirinho' para espantar morador de rua no Rio

Turista inglesa é baleada ao entrar por engano em favela em Angra dos Reis

Caminhoneiro é libertado após ser feito refém por quase três horas no Rio

Edição impressa

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1908169-justica-nega-liberdade-a-catador-presos-nas-manifestacoes-de-junho-de-2013.shtml>

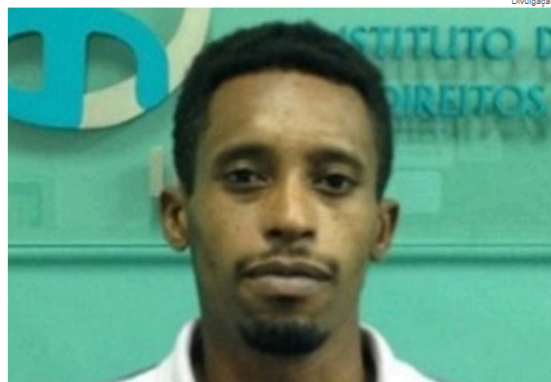
Depois da segunda prisão de Rafael Braga em 2016, por portar 0,6 g de maconha e 9,3 g de cocaína no Complexo de Favelas da Penha, zona norte do Rio de Janeiro, seu caso voltou a ser noticiado. Apesar do motivo da prisão não ser mais em razão de estar com “materiais inflamáveis” nas Jornadas de Junho de 2013, Braga ainda é chamado de “catador” no título da matéria. A notícia é reproduzida pelo UOL, outro braço da Folha, que manteve a neutralidade ao se retratar do caso.

Tal afirmação pode ser corroborada por Silva e Rosemberg (2008), ao afirmarem que o negro permaneceu na mídia sempre com relação à criminalidade, sem a preocupação em torná-los indivíduos humanizados, mas sim em retratá-los sempre à margem. Assim, a matéria não teve preocupação em, novamente, conversar com Braga para colocá-lo no cerne da sua própria história. Tampouco, falar com sua família acerca da segunda prisão dele. Apesar de neutra, a notícia traz pouco aprofundamento sobre as atualizações do caso, além de não apresentar outras partes do acontecimento.

**Categoria: neutra da Folha de São Paulo**

## Notícia 10: STJ concede prisão domiciliar a catador preso em protestos de 2013

### STJ concede prisão domiciliar a catador preso em protestos de 2013



O catador de material reciclável Rafael Braga, 28, preso nas manifestações de junho de 2013 no Rio

PUBLICIDADE

#### leia também

Ação no Rio mira bombeiros suspeitos de propina; comandante deixa cargo

'Metralhadora do Rambo' apreendida em favela do Rio é de brinquedo

Prefeitura do Rio mantém favelas fora de mapas oficiais dados a turistas



ALALÃO

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1918247-stj-concede-prisao-domiciliar-a-catador-presno-em-protestos-de-2013.shtml>

Apenas dois meses após a notícia anterior, a Folha volta a reproduzir uma matéria do UOL para apresentar as atualizações da segunda prisão de Braga. A notícia agora é a prisão domiciliar após a condenação por porte de drogas em 2016. Ainda, é importante observar que esta é a primeira matéria em que a foto de Rafael Braga aparece na manchete, já que nas outras tampouco havia fotos do caso.

Novamente, a Folha não se preocupa em ir atrás da família de Rafael para expor o lar do jovem acerca dos acontecimentos da sua história, conforme destaca Ijuim (2012). Mesmo com novas informações sobre o caso, a notícia continua apresentando o fato sem muito aprofundamento e sem expor outros lados da história.

**Categoria: neutra da Folha de São Paulo**

## Notícia 11: Justiça mantém condenação de catador de latas preso em protesto no Rio

### Justiça mantém condenação de catador de latas preso em protesto no Rio



Lucas Vettorazzo

**RIO DE JANEIRO** A segunda instância da Justiça do Rio manteve a [condenação do catador de latas Rafael Braga Vieira](#), 29, por tráfico de drogas e associação ao tráfico.

Braga ficou conhecido como o [primeiro preso e condenado das manifestações iniciadas em junho de 2013](#). Ele foi preso por carregar duas garrafas plásticas de material de limpeza, identificadas pelas autoridades como coquetéis molotov.

receba notícias da folha

Digite seu e-mail

relacionadas

Prisão de Rogério 157 leva incerteza à Rocinha, e 'guerra' não é descartada

Pacientes e funcionários se empilham clínica do Rio em meio a tiroteio

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1942691-justica-mantem-condenacao-de-catador-de-latas-priso-em-protesto-no-rio.shtml>

Após quatro anos da sua primeira prisão, pela primeira vez uma notícia analisada da Folha descreve o acontecimento de maneira detalhada, apesar de neutra. A narrativa descreve o motivo da primeira prisão de Rafael Braga, sua segunda apreensão e condenação, além das inúmeras tentativas da defesa por um pedido de habeas corpus. Ainda, o jornalista vai atrás do advogado responsável pelo caso e, também, apresenta relatos dos PMs que testemunharam e prenderam Braga em 2013.

Com isso, segundo Rempel e Bonini (2023), narrativas vistas como despolitizadas ganharam força nos últimos anos para que o público apenas se informasse, sem mesmo exercer um pensamento crítico. Neste sentido, a matéria relata de maneira concreta e contundente os diferentes marcos do caso, seus desfechos e atualizações, desde o início da repercussão. Além disso, também busca se aprofundar nos acontecimentos, relatando os diferentes lados da história, citando as campanhas formadas a seu favor ao longo dos anos, sem deixar de lado o relato dos policiais envolvidos no caso ou da defesa de Braga, que recorreu diversas vezes até conseguir sua libertação.

**Categoria: neutra da Folha de São Paulo**

## Notícia 12: Processos na esteira de Junho de 2013 tiveram provas ilegais, condenações e absolvições

### Processos na esteira de Junho de 2013 tiveram provas ilegais, condenações e absolvições

Justiça identificou em ações contra ativistas no RJ escutas irregulares de advogados e busca sem mandado



Italo Nogueira

**RIO DE JANEIRO** Os processos abertos em razão de prisões feitas durante a jornada de manifestações no [Rio de Janeiro](#) entre junho de 2013 e julho de 2014 apontaram o uso de uma série de provas ilegais e resultaram, na maioria dos casos, em absolvições dos acusados.

folhajes

As principais notícias do cenário jurídico e conter

Digite seu e-mail

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/processos-na-esteira-de-junho-de-2013-tiveram-provas-ilegais-condenacoes-e-absolvicoes.shtml>

Dez anos depois da primeira notícia do caso Rafael Braga, a Folha relembra o fato ao expor erros da justiça carioca ao lidar com as manifestações de 2013. Apenas dez anos depois, foram identificadas condutas ilegais ao longo das investigações dos processos das prisões ocorridas no Rio de Janeiro em 2013. Na matéria, a maior e mais detalhada analisada até aqui, são relatados os erros da justiça carioca acerca das apreensões, além de expor as outras pessoas atingidas por estes equívocos e que Braga foi o único a ser condenado na época.

Ao apresentar um detalhamento das consequências dos erros judiciais para o caso de Rafael Braga, a Folha faz o que Traquina (1993) chama de um processo de produção que traz uma seleção e transformação do acontecimento para evidenciar ainda mais o fato. Ou seja, apura de maneira mais minuciosa e aprofundada a história antes de noticiá-la. Com isso, depois de dez anos, o jornal apresenta ao leitor um detalhamento do caso, mesmo que só tenha sido feito em razão da explosão dos erros judiciais na época.

**Categoria: neutra da Folha de São Paulo.**

Das doze notícias veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo que analisamos, nove foram identificadas como neutras, como pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela 3 - Categorização das notícias analisadas**

Notícias	Categorias	Resultados
Catador é o primeiro condenado após onda de manifestações	Desumanizada	Como evidencia Ijuim (2012), a imprensa brasileira está intrínseca às heranças conservadoras do século XIX, o que ocasiona os apegos dos jornalistas a um acontecimento ou fato. A maneira com que Braga é referenciado já na primeira notícia do caso pode ser estereotipada, ocasionar pré-julgamentos ou uma percepção negativa e desumanizada do público.
Chance de artefato de catador explodir é 'ínfima', diz laudo da polícia do Rio	Desumanizada	Segundo Cremilda Medina (2008), a forma de produzir dos repórteres na imprensa hegemônica é moldada pelo veículo em que são introduzidos. Neste cenário, a ausência de aprofundamento do jornalista para seguir na narrativa do caso pode continuar interferindo na percepção do leitor acerca da prisão e julgamento de Rafael Braga.
Prisão de morador de rua durante protesto no Rio completa um ano	Neutra	A matéria passa a falar de campanhas criadas para tratar do caso e os advogados responsáveis por elas. Neste caso, como aponta Ijuim (2012), apesar da notícia trazer no seu último parágrafo atualizações do que pode ser feito por Braga no sentido jurídico, pode-se inferir que o veículo optou por se referir ao jovem de maneira desumanizada no início porque o um público-leitor do jornal pensa desta forma. Ao mesmo tempo, a narrativa busca trazer outros lados, mesmo que sem muito aprofundamento.

Primeiro condenado em protestos, catador tem pena reduzida no Rio	Neutra	Segundo Ijuim (2002), quando o repórter se insere na notícia há chances maiores da narrativa ser mais humanizada. Isso pode ser observado nesta matéria, já que pela primeira vez, uma fala da mãe de Rafael é dada no final. Novamente, a Folha apresenta outros lados da história, inclusive trazendo familiares do jovem, algo inédito até então.
1º condenado das manifestações terá recurso julgado nesta terça no Rio	Neutra	Segundo Ijuim (2002), o compromisso com o repórter perante o que acontece no mundo é primordial para que a narrativa vá além da visão técnica. Assim, a notícia procura trazer de maneira didática a explicação da Polícia Civil sobre o caso, além de não deixar de lado as manifestações em prol do jovem organizadas realizadas à época.
Justiça dá direito de trabalho externo a catador preso em presto no Rio	Neutra	Como aponta Traquina (2005), o jornalismo tem um dever primordial com a democracia e pode perpetuar visões dominantes. Dessa forma, a matéria expõe que a justiça concedeu o direito de trabalho externo à Braga com a condição dele voltar à prisão na parte da noite, durante uma manifestação no Rio de Janeiro que reuniu mais de 300 mil pessoas. Ainda, a notícia também conversou com o advogado responsável pelo escritório que Rafael iria trabalhar para trazer exemplos de outros jovens que seguiram o mesmo caminho.
Primeiro condenado em manifestações de 2013 sai da prisão, no RJ	Neutra	De acordo com Bonini (2022), as empresas jornalísticas hegemônicas apresentam os fatos de maneira neutra para não precisarem tomar partida perante determinado acontecimento. Tal afirmação é identificada nesta narrativa porque, embora seja uma atualização importante da história de Braga, o jornalista não se preocupa em ver o lado do indivíduo mais atingido pelo caso.
Mostra em SP une arte e justiça para debater condenação de	Humanizada	Conforme aponta Cremilda Medina (2003), é necessário

catador de lixo		romper com as normas tradicionais do fazer jornalístico para superar a superficialidade do fato. Desse modo, ao trazer falas dos curadores da exposição para lembrar o caso de Braga, além de relatar as atualizações da sua segunda prisão com novas falas de sua defesa, a Folha muda sua maneira tradicional de narrativa para algo mais humano e um pouco menos estereotipado.
Justiça nega liberdade a catador preso nas manifestações de junho de 2013	Neutra	Silva e Rosemberg (2008), ao afirmarem que o negro permaneceu na mídia sempre com relação à criminalidade, sem a preocupação em torná-los indivíduos humanizados, mas sim em retratá-los sempre à margem. Assim, a matéria não teve preocupação em, novamente, conversar com Braga para colocá-lo no cerne da sua própria história. Apesar de neutra, a notícia traz pouco aprofundamento sobre as atualizações do caso
STJ concede prisão domiciliar a catador preso em protestos de 2013	Neutra	A Folha não se preocupa em ir atrás da família de Rafael para expor o lar do jovem acerca dos acontecimentos da sua história, conforme destaca Ijuim (2012). Mesmo com novas informações sobre o caso, a notícia continua apresentando o fato sem muito aprofundamento e sem expor outros lados da história.
Justiça mantém condenação de catador de latas preso em protesto no Rio	Neutra	Com isso, segundo Rempel e Bonini (2023), narrativas vistas como despolitizadas ganharam força nos últimos anos para que o público apenas se informasse, sem mesmo exercer um pensamento crítico. Neste sentido, a matéria relata de maneira concreta e contundente os diferentes marcos do caso, seus desfechos e atualizações, desde o início da repercussão. Além disso, também busca se aprofundar nos acontecimentos, relatando os diferentes lados da história, citando as campanhas formadas a seu favor ao longo dos anos, sem deixar de lado o relato dos policiais envolvidos no caso ou



		da defesa de Braga.
Processos na esteira de Junho de 2013 tiveram provas ilegais, condenações e absolvições	Neutra	Ao apresentar um detalhamento das consequências dos erros judiciais para o caso de Rafael Braga, a Folha faz o que Traquina (1993) chama de um processo de produção que traz uma seleção e transformação do acontecimento para evidenciar ainda mais o fato. Com isso, depois de dez anos, o jornal apresenta ao leitor um detalhamento do caso, mesmo que só tenha sido feito em razão da explosão dos erros judiciais na época.

**Fonte:** autoria própria

Após a análise, percebemos que a Folha de São Paulo se manteve majoritariamente neutra perante o caso de Rafael Braga, como apresentamos na hipótese desta pesquisa. Mesmo assim, reforçou estereótipos de homens negros principalmente nas primeiras notícias sobre os acontecimentos da história.

## 6. Considerações finais

Os avanços no modo de produção jornalística nos últimos anos, através das novas maneiras de se pensar as narrativas, permitem que tenhamos hoje a presença de mais repórteres que sejam atentos na construção da narrativa do fato. Neste cenário, a formação contínua dos jornalistas sobre questões de raça e diversidade, bem como a criação de espaços de diálogo e reflexão sobre práticas de reportagem, vem sendo passos essenciais para superar o racismo e os estereótipos na mídia brasileira; principalmente, por estes estarem enraizados no modo de produção dos meios de comunicação tradicionais. Assim, a imprensa tem um papel crucial na construção de uma narrativa que reflita a pluralidade da sociedade brasileira, para promover uma compreensão mais rica e inclusiva das histórias de jovens negros. Não apenas porque atua enquanto um mediador da realidade, mas porque ao fazê-lo provoca reações no debate e opinião pública acerca destes acontecimentos.

Esses estereótipos desumanizadores, enraizados nos meios de comunicação de massa brasileiros, não apenas refletem desafios históricos, mas também evidenciam questões contemporâneas de preconceito e marginalização. Eles são um reflexo do racismo estrutural que permeia o cotidiano brasileiro, perpetuando desigualdades e influenciando a percepção pública de maneira prejudicial. Diante disso, pode-se chamar de manipulação a maneira que os jornais mais tradicionais escrevem e publicam sobre corpos negros em suas matérias? Acreditamos que sim.

De acordo com Travancas (1993), a importância do olhar dos jornalistas para as matérias é essencial, já que diversas áreas da vida social se misturam e se confundem. Ao buscar retratar as pessoas em sua totalidade e complexidade, a compreensão do jornalismo humanizado defende esta abordagem mais empática e contextualizada, como uma solução promissora para enfrentar esses desafios impostos na mídia brasileira por tantos anos. Tal abordagem permite uma representação mais justa e respeitosa, essencial para promover mudanças mais profundas no jornalismo hegemônico e tradicional que conhecemos. Contudo, adotar o jornalismo humanizado exige uma transformação nas práticas jornalísticas e uma análise crítica das estruturas de poder e preconceito que moldam a produção de notícias. Para isso, é crucial que os veículos de comunicação não apenas diversifiquem suas redações, mas também ampliem a maneira do fazer jornalístico das histórias que contam, assegurando que o protagonista, neste caso específico os jovens negros, seja representado de forma digna e mais precisa possível.

O período escolhido para a pesquisa foi pensado para buscarmos compreender se houveram mudanças consideráveis nas narrativas da Folha de São Paulo sobre a história de Rafael Braga ao longo destes dez anos. O jornal apresenta para o leitor uma construção de matérias estereotipadas logo no início do caso de Braga, que classificamos como desumanizadas em nossa análise. Isso porque, a forma como a notícia foi redigida pode induzir o público a pré-julgamentos ou uma concepção negativa acerca dos acontecimentos da história. Além disso, as narrativas apresentam uma falta de aprofundamento do fato, que também pode contribuir para uma percepção não positiva do caso de Braga. Por outro lado, as notícias que se sucedem passam a expor outros lados, como as inúmeras campanhas a favor de Rafael que foram se formando ao longo de seu julgamento e os depoimentos de seus advogados nas diferentes condenações. Desse modo, notamos que a percepção adotada pela Folha de São Paulo passou a ser neutra, com um discurso que mostrava outros lados da informação e de outras fontes, mesmo que sem muito aprofundamento.

Entretanto, o caso Rafael Braga escancara como o racismo está intrínseco nos meios de comunicação tradicionais brasileiros, mesmo que indiretamente, já que os elementos para noticiar pessoas negras são distintos. Uma vez que pessoas negras, de baixo nível social e com pouca escolaridade, costumam aparecer mais frequentemente nas páginas policiais, enquanto pessoas brancas de classe média parecem receber um olhar diferente dos jornalistas, mesmo que estejam inseridos no mesmo contexto ou em um mesmo acontecimento.

Ora, as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais. A compreensão exige contextualização histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco (Ijuim, 2020, p. 100).

Diante disso, buscamos analisar e identificar de que maneira a Folha de São Paulo retratou Rafael Braga ao longo destes dez anos, além de demonstrar a linguagem das narrativas das histórias quando se tem jovens negros como notícia. Todas essas etapas serviram de sustento para responder o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa. Ao longo deste trabalho evidenciamos que a forma como jovens negros são frequentemente representados é marcada por preconceitos e simplificações que distorcem suas realidades e reforçam desigualdades.

Partindo dessas constatações, também há a possibilidade de comparação entre os discursos de jovens negros periféricos e jovens brancos nos meios de comunicação tradicionais brasileiros. Ao confrontar entre essas duas formas de retrato midiático é/será possível perceber não apenas uma desigualdade na cobertura, mas também um reflexo das desigualdades estruturais presentes e enraizadas na sociedade. O racismo estrutural também desempenha um papel central nestas construções, influenciando as narrativas e escolhas editoriais de forma sutil, mas significativa. Nesse sentido, as práticas jornalísticas, muitas vezes inconscientes, contribuem para a manutenção de estereótipos e a perpetuação de desigualdades, refletindo e reforçando as divisões sociais existentes. Assim como outros jovens negros, Rafael Braga se enquadra na descrição de criminalizável que deve ser isolado da sociedade, ainda mais somado aos acontecimentos que foram se apresentando na sua história de vida, todos ocasionados pela sua primeira prisão em 2013. Portanto, acreditamos que cabe um olhar mais atento para a forma que o público dos jornais tradicionais do país pune jovens negros periféricos e, conseqüentemente, como isso é tratado no jornalismo atualmente. Se essa consciência for ampliada entre um número maior de profissionais do jornalismo, surgirão expectativas promissoras para alcançar um jornalismo que verdadeiramente respeite e valorize a dignidade humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução: Jacob Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVES, Fabiane Aline; SEBRIAN, Raphael N. N. JORNALISMO HUMANIZADO: O Ser Humano Como Ponto de Partida e de Chegada do Fazer Jornalístico. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, IX Congresso de Comunicação Regional Sul, 2008, Guarapuva. **Anais [...]**. Paraná: Intercom, 2008.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

AMARAL, Márcia Franz. **Sensacionalismo, um conceito errante**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-13, julho/dezembro de 2005.

ANGRIMANI, Danilo Sobrinho. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

AZEVEDO, C. R; NOHARA, J. J. **Interpretações sobre os retratos dos afrodescendentes na mídia de massa**. RAC, Curitiba: Edição Especial 2008.

AZEVEDO DE AGUIAR, Leonel; SCHAUN, Angela. A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, N.º 132, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONINI, A.. A reenunciação do discurso jornalístico na produção de jornais escolares brasileiros - estudo de caso de um projeto de larga escala. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 22, n. 2, p. 535–564, abr. 2022.

BORELLI, Helena Silvia. e PRIOLLI, Gabriel. **A deusa ferida**: porque a Rede Globo não é mais a campeã de absoluta audiência. São Paulo: Summus, 2000.

BORGES, Rosane da Silva. **Jornalismo-verdade ou condenação sumária?**: Jornalismo policial e os mal-ditos no programa de tv Bandeira 2. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Acesso em: 22 de junho de 2024.

BORTOLI, S. R. “Jorge Kanehide Ijuim”: Sobre o jornalismo humanizado. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 5-13, 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. Artigo produzido como trabalho de conclusão da disciplina “Práticas de Análise de Discurso na Pesquisa em Educação”, 2006.

CARVALHO, C. A.; LAGE, L. Miatização e reflexividade das mediações jornalísticas. In: JUNIOR, J. J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação e Miatização**. Salvador: EDUFBA: Compós, 2012.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. In: **Revista Pauta Geral, Estudos em Jornalismo.**, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p.21 -39, 2017.

CHALHOUB, Sidney. Classes perigosas. **Revista Trabalhadores**, Campinas, n. 6, p. 2-22, 1990.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Belarmino Guimarães. **Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos**. Campinas, SP: Autores Associados; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2002.

DOURADO, Mariana. **A Esfera Pública no Jornalismo Cidadão Online Refletindo a reconfiguração do conceito de Habermas nas práticas colaborativas da notícia**. Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/bocc-jornalismo-mariana.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Negro Midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa. **Revista USP**, São Paulo, n.69, p. 80-91, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. Comunicação alternativa a quê? notas sobre contra-hegemonia no campo da comunicação. In: **Anais do ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**, São Paulo, SP: Faculdade Cásper Líbero, 2017.

HABERMAS, J. “**Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo, questões e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HALL, Stuart. [et. al.]. A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 7, n. 2, p. 117–137, 2012.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornal escolar e vivências humanas** – um roteiro de viagem. São Paulo: ECA/USP, 2002.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornalismo e humanização**: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 91 – 108, 2020. Acesso em: 28 de julho de 2024.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo? **Revista Unisinos: Verso e Reverso**. São Leopoldo, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Venício A. **Revisitando as sete teses sobre a relação Mídia e Política no Brasil**. *Comunicação & Sociedade*, Ano 30, n. 51, p. 13-37, jan./jun. 2009.

LOPES, Maria V. Immacolata. **O rádio dos pobres**: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social. São Paulo: Loyola, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MIDZUNO, Milena Mayumi; APARÍCIO, Stephanie Mercedes. *Mídia e controle social: um*



retrato da criminalização da juventude negra e periférica no interior de um jornalismo corrompido atuante como ator político. In: **Criminologia e Políticas Criminais**. Ed. Íthala, Curitiba, 2021.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista debates**. Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. Universidade Federal Fluminense, Brasil, 2001.

OLIVEIRA, Dennis de. Conceitos de Jornalismo Popular e Alternativo. In: I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo. **Revista Alterjor**. São Paulo: CJE-ECA, 2009.

PASSOS, Juliana. União à espera. In: **Revista Piauí**, 2017.

PÉREZ ARCE, J. C. Sensacionalismo en Latinoamérica: **Debates y conflictividades irresueltas** en la sociedad de la información latinoamericana. *Journal de Comunicación social*, 8, 133, 2019.

PERUZZO, Cicilia M.K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista Palavra Chave**, vol. 11, núm. 2, 2008.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

REMPEL, Gabriela; BONINI, Adair. **Jornais comunitários e independentes no contexto da cidade de Florianópolis/SC: convergências e divergências com o discurso do jornalismo dominante**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.

RODRIGUES, Catarina. **“Blogs e a fragmentação do espaço público”**, LABCOM, Universidade da Beira Interior: Covilhão, 2006.

SANTOS, Yasmin. Letra Preta. **A inserção de jornalistas negros no impresso**. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, P. V. B.; Rosemberg, F. Lugares de negros e brancos na mídia. In: Dijk, Teun A. van (org). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado: violência urbana, negrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão: informa ou deforma?**. Brasília: UNESCO, 2009.

TEROSSI, Karen; SOARES, Murilo César. O jornalismo na construção do debate público. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, IX Congresso de Comunicação Regional Sul. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2009.

THOMPSON, John B. **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teoria e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

VAZ, Ana Lucia. **Jornalismo na correnteza: senso comum e autonomia na prática jornalística**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.